

Av. Um, nº 106 - Centro - Itirapina - SP - CEP. 13530-000 CNPJ: 46.313.714/0001-50 - Inscr. Estadual: Isenta. FONE (19) 3575-9000 Proc. Adm. n°776/2024

Fls.

# EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO OBJETIVANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA - PARTICIPAÇÃO AMPLA

Modo de Disputa: "ABERTO"
Pregão Eletrônico n.º 030/2024

Edital nº 034/2024

Processo Administrativo nº 776/2024 Endereço Eletrônico: <a href="https://bll.org.br//">https://bll.org.br//</a>.

DATA DO INÍCIO DO PRAZO PARA ENVIO DA PROPOSTA ELETRÔNICA: 10 de junho de 2024 às 08h00min.

DATA E HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 28 de junho de 2024 – às [09]h[00]min.

A Prefeitura Municipal de Itirapina, Estado de São Paulo, por intermédio da senhora Prefeita Municipal Maria da Graça Zucchi Moraes, CPF nº553.097.808-82, usando sua competência, torna público que se acha aberta no Paço Municipal, situada à Avenida 01, nº 106, Centro, Itirapina/SP, o processo licitatório na modalidade Pregão Eletrônico nº 030/2024, julgamento será o de Menor Valor Por Lote, originário do Processo Administrativo nº 776/2024, realizará licitação nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

As propostas deverão obedecer às especificações deste instrumento convocatório e seus anexos e ser encaminhadas por meio eletrônico após o registro dos interessados em participar do certame e o credenciamento de seus representantes no aplicativo " BLL Licitações", constante da página eletrônica do BLL – Licitações Públicas, no endereço https://bll.org.br//.

A sessão pública de processamento do Pregão Eletrônico será realizada no endereço eletrônico <a href="https://bll.org.br//">https://bll.org.br//</a>., no dia e hora mencionados no preâmbulo deste Edital, e será conduzida pelo Pregoeiro com o auxílio da equipe de apoio, designados pelo <a href="https://bll.org.br//">Decreto Municipal nº 4.074, de 31 de julho de 2023</a> autorizados pela autoridade competente.

## 1. OBJETO

1.1. A presente licitação tem por objeto, contratação de empresas especializadas na prestação de serviço recarga e manutenção de extintores de incêndio e testes de estanqueidade, mantendo os extintores abastecidos, com as respectivas cargas dentro da validade e prontos para o uso, em caso de necessidade, para o combate de princípios de incêndios, visando garantir a segurança de todo o departamento pertencente à Secretaria Municipal de Educação e Cultura e Secretaria Municipal de Administração, conforme especificações técnicas e operacionais, em conformidade com as especificações técnicas constantes do **Anexo I.** 

## 2. PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

**2.1. Participantes.** Poderão participar do certame todos os interessados em contratar com a Administração <u>Municipal</u> que estejam registrados no BLL – Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil, que atuem em atividade econômica compatível com o seu objeto, sejam detentores de senha para participar de procedimentos eletrônicos e tenham credenciado os



Av. Um, nº 106 - Centro - Itirapina - SP - CEP. 13530-000 CNPJ: 46.313.714/0001-50 - Inscr. Estadual: Isenta. FONE (19) 3575-9000

Proc. Adm. n°776/2024

Fls.

seus representantes na forma estabelecida no regulamento que disciplina a inscrição no referido Cadastro.

- **2.1.1.** O registro no BLL Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil, o credenciamento dos representantes que atuarão em nome da licitante no sistema de pregão eletrônico e a senha de acesso deverão ser obtidos anteriormente à abertura da sessão pública e autorizam a participação em qualquer pregão eletrônico realizado por intermédio do no BLL Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil.
- **2.1.2.** As informações a respeito das condições exigidas e dos procedimentos a serem cumpridos para a inscrição no Cadastro, para o credenciamento de representantes e para a obtenção de senha de acesso estão disponíveis no endereço eletrônico <a href="https://bll.org.br//">https://bll.org.br//</a>.
- **2.2. Vedações.** Não será admitida a participação, neste certame licitatório, de pessoas físicas ou jurídicas:
- **2.2.1.** Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- **2.2.2.** Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- **2.2.3.** Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- **2.2.4.** Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 2.2.5. Agente público do órgão ou entidade licitante;
- **2.2.6.** Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.
- **2.2.7.** O impedimento de que trata o item 0 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.



Av. Um, nº 106 - Centro - Itirapina - SP - CEP. 13530-000 CNPJ: 46.313.714/0001-50 - Inscr. Estadual: Isenta. FONE (19) 3575-9000

Proc. Adm. n°776/2024 Fls.

**2.2.8.** Que estejam proibidas de participar da licitação ou de celebrar a contratação em decorrência do efeito de sanção registrada no Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP (artigo 22 da Lei Federal nº 12.846/2013), ou no Cadastro Estadual de Empresas Punidas – CEEP (artigo 37 do Decreto Estadual nº 67.301/2022).

- **2.3**. **Inexistência de fato impeditivo à participação.** A participação no certame está condicionada, ainda, a que o interessado declare, ao acessar o ambiente eletrônico de contratações do BLL Licitações Públicas, mediante assinalação nos campos próprios, que inexiste qualquer fato impeditivo de sua participação no certame ou de sua contratação, bem como que conhece e aceita os regulamentos do Sistema BLL Licitações Públicas, relativos a Dispensa de Licitação, Convite e Pregão Eletrônico.
- **2.4. Uso do sistema BLL Licitações Públicas**. A licitante responde integralmente por todos os atos praticados no pregão eletrônico, por seus representantes devidamente credenciados, assim como pela utilização da senha de acesso ao sistema, ainda que indevidamente, inclusive por pessoa não credenciada como sua representante. Em caso de perda ou quebra do sigilo da senha de acesso, caberá ao interessado efetuar o seu cancelamento por meio do sítio eletrônico <a href="https://bll.org.br//">https://bll.org.br//</a>.
- **2.5.** Cada representante credenciado poderá representar apenas uma licitante em cada pregão eletrônico.
- **2.6.** O envio da proposta vinculará a licitante ao cumprimento de todas as condições e obrigações inerentes ao certame.
- **2.7. Direito de preferência.** Para o exercício do direito de preferência de que trata o item 5.6 e subdivisões, bem como para a fruição do benefício de habilitação previsto na alínea "f" e subdivisão do item 5.9, a condição de microempresa ou de empresa de pequeno porte deverá constar do registro da licitante junto ao BLL, sem prejuízo do disposto nos itens 4.6.3 e 4.6.4. deste Edital.

## 3. PROPOSTAS

- **3.1. Envio.** As propostas deverão ser enviadas por meio eletrônico disponível no endereço <a href="https://bll.org.br//">https://bll.org.br//</a> na opção própria desde a divulgação da íntegra do Edital no referido endereço eletrônico até o dia e horário previstos no preâmbulo para a abertura da sessão pública, devendo a licitante, para formulá-las, assinalar a declaração de que cumpre integralmente os requisitos de habilitação constantes do Edital.
- **3.2. Preços.** Os preços unitários e total serão ofertados no formulário eletrônico próprio, em moeda corrente nacional, em algarismos, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária. Nos preços propostos deverão estar incluídos, além do lucro, todas as despesas e custos diretos ou indiretos relacionados ao fornecimento do objeto da presente licitação, tais como tributos, remunerações, despesas financeiras e quaisquer outras necessárias ao cumprimento do objeto desta licitação, inclusive gastos com transporte.



Av. Um, nº 106 - Centro - Itirapina - SP - CEP. 13530-000 CNPJ: 46.313.714/0001-50 - Inscr. Estadual: Isenta. FONE (19) 3575-9000

Proc. Adm. n°776/2024

Fls.

- **3.2.1.** As propostas não poderão impor condições e deverão limitar-se ao objeto desta licitação, sendo desconsideradas quaisquer alternativas de preço ou qualquer outra condição não prevista no Edital e seus anexos.
- 3.2.2. Não será admitida cotação inferior à quantidade prevista neste Edital.

## 3.3. Cadastramento da proposta

- **3.3.1.** No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:
- **3.3.1.** Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- **3.3.2.** não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição;
- **3.3.3.** não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos <u>incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;</u>
- **3.3.4.** Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- **3.3.5.** O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.
- **3.3.6.** O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos § 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.
- **3.4.** A falsidade da declaração de que trata os itens 3.3. ou 05. sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital
- **3.5. Simples Nacional.** As microempresas e empresas de pequeno porte impedidas de optar pelo Simples Nacional, ante as vedações previstas na Lei Complementar Federal nº 123/2006, não poderão aplicar os benefícios decorrentes desse regime tributário



Av. Um, nº 106 - Centro - Itirapina - SP - CEP. 13530-000 CNPJ: 46.313.714/0001-50 - Inscr. Estadual: Isenta. FONE (19) 3575-9000

Proc. Adm. n°776/2024

Fls.

diferenciado em sua proposta, devendo elaborá-la de acordo com as normas aplicáveis às demais pessoas jurídicas, sob pena de não aceitação dos preços ofertados pelo Pregoeiro.

- **3.5.1.** Caso venha a ser contratada, a microempresa ou empresa de pequeno porte na situação descrita no item 3.5. deverá requerer ao órgão fazendário competente a sua exclusão do Simples Nacional até o último dia útil do mês subsequente àquele em que celebrado a contratação, nos termos do artigo 30, *caput*, inciso II, e §1º, inciso II, da Lei Complementar Federal nº 123/2006, apresentando à Administração a comprovação da exclusão ou o seu respectivo protocolo.
- **3.5.2.** Se a contratada não realizar espontaneamente o requerimento de que trata o item 3.5.1, caberá ao ente público contratante comunicar o fato ao órgão fazendário competente, solicitando que a empresa seja excluída de ofício do Simples Nacional, nos termos do artigo 29, inciso I, da Lei Complementar Federal nº 123/2006.
- **3.6.** Reajuste. O preço ofertado permanecerá fixo e irreajustável. Havendo as exceções de nas causas que podem ser objeto de reajustes descritas no **Subitem 11, do Termo de Referência (Anexo I).**
- **3.6.** Validade da proposta. Na ausência de indicação expressa em sentido contrário no **Anexo II**, o prazo de validade da proposta será de 60 (sessenta) dias contados a partir da data de sua apresentação.

## 4. HABILITAÇÃO

**4.1.** Os documentos relativos para habilitação exigidos são necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

### 4.2. Habilitação jurídica

- a) Registro empresarial na Junta Comercial, no caso de empresário individual;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social atualizado e registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedade empresária;
- c) Documentos de eleição ou designação dos atuais administradores, tratando-se de sociedades empresárias;
- d) Ato constitutivo atualizado e registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, tratandose de sociedade não empresária, acompanhado de prova da diretoria em exercício;
- e) Decreto de autorização, tratando-se de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

## 4.3. Regularidade fiscal e trabalhista

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);



Av. Um, nº 106 - Centro - Itirapina - SP - CEP. 13530-000 CNPJ: 46.313.714/0001-50 - Inscr. Estadual: Isenta. FONE (19) 3575-9000 Proc. Adm. n°776/2024

Fls.

- b) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, relativo à sede ou domicilio do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame;
- c) Certificado de regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF FGTS);
- d) Certificado de prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS);
- e) Certidão negativa, ou positiva com efeitos de negativa, de débitos trabalhistas (CNDT);
- f) Certidão negativa, ou positiva com efeitos de negativa, de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;
- g) Certidão emitida pela Fazenda Estadual da sede ou domicílio da licitante que comprove a regularidade de débitos tributários relativos ao Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação ICMS;
- h) Certidão emitida pela Fazenda Municipal da sede ou domicílio da licitante que comprove a regularidade de débitos tributários relativos ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza ISSQN;

## 4.4. Qualificação econômico-financeira

- **4.4.1.**Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5°, inciso II, alínea "c", da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;
- **4.4.2.** Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica ou do domicílio do empresário individual;
- **4.4.2.1.** Se a licitante for sociedade não empresária, a certidão mencionada na alínea "a" deverá ser substituída por certidão cujo conteúdo demonstre a ausência de insolvência civil, expedida pelo distribuidor competente.
- **4.4.2.2.** Caso o licitante esteja em recuperação judicial ou extrajudicial, deverá ser comprovado o acolhimento do plano de recuperação judicial ou a homologação do plano de recuperação extrajudicial, conforme o caso.
- **4.4.3.** Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando.

## 4.5. Qualificação Técnica

**4.5.1.** Comprovação de aptidão para o fornecimento de serviço e bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.



Av. Um, nº 106 - Centro - Itirapina - SP - CEP. 13530-000 CNPJ: 46.313.714/0001-50 - Inscr. Estadual: Isenta. FONE (19) 3575-9000

Proc. Adm. n°776/2024

Fls.

## 4.6. Declarações e outras comprovações

- **4.6.1.** Declaração subscrita por representante legal da licitante, em conformidade com o modelo constante do **Anexo III.1**, atestando que:
- a) se encontra em situação regular perante o Ministério do Trabalho e Emprego no que se refere a observância do disposto no inciso XXXIII do artigo 7.º da Constituição Federal, na forma do Decreto Estadual nº 42.911/1998;
- b) não se enquadra em nenhuma das vedações de participação na licitação do item 2.2 deste Edital;
- c) não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do artigo 1º e no inciso III do artigo 5º da Constituição Federal;
- **4.6.2.** Declaração subscrita por representante legal da licitante, em conformidade com o modelo constante do **Anexo III.2**, afirmando que sua proposta foi elaborada de maneira independente e que conduz seus negócios de forma a coibir fraudes, corrupção e a prática de quaisquer outros atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, em atendimento à Lei Federal nº 12.846/ 2013.
- **4.6.3.** Em se tratando de microempresa ou de empresa de pequeno porte, declaração subscrita por representante legal da licitante, em conformidade com o modelo constante do **Anexo III.3**, declarando seu enquadramento nos critérios previstos no artigo 3º da Lei Complementar Federal nº 123/2006, bem como sua não inclusão nas vedações previstas no mesmo diploma legal.
- **4.6.4. Comprovação da condição de ME/EPP.** Sem prejuízo da declaração exigida no item 4.6.3 e admitida a indicação, pelo licitante, de outros meios e documentos aceitos pelo ordenamento jurídico vigente, a condição de microempresa ou de empresa de pequeno porte será comprovada da seguinte forma:
- **4.6.4.1.** Se sociedade empresária, pela apresentação de certidão expedida pela Junta Comercial competente;
- **4.6.4.2.** Se sociedade simples, pela apresentação da "Certidão de Breve Relato de Registro de Enquadramento de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte", expedida pelo Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas.
- **4.6.5**. Em se tratando de cooperativa que preencha as condições estabelecidas no art. 34 da Lei Federal nº 11.488/2007:
- **4.6.5.1.** Declaração subscrita por representante legal da licitante, em conformidade com o modelo constante do **Anexo III.4**, declarando que seu estatuto foi adequado à Lei Federal nº 12.690/2012 e que aufere Receita Bruta até o limite definido no inciso II do *caput* do art. 3º da Lei Complementar Federal nº 123/2006;
- **4.6.5.2.** Sem prejuízo da declaração exigida no item 4.6.5.1 e admitida a indicação, pelo licitante, de outros meios e documentos aceitos pelo ordenamento jurídico vigente, a condição de cooperativa que preencha as condições estabelecidas no art. 34 da Lei



Av. Um, nº 106 - Centro - Itirapina - SP - CEP. 13530-000 CNPJ: 46.313.714/0001-50 - Inscr. Estadual: Isenta. FONE (19) 3575-9000

Proc. Adm. n°776/2024 Fls.

Federal nº 11.488/2007 será comprovada pela Demonstração do Resultado do Exercício ou documento equivalente que comprove Receita Bruta até o limite definido no inciso II do *caput* do art. 3º da Lei Complementar Federal nº 123/2006.

## 4.7. Disposições gerais sobre os documentos de habilitação

- **4.7.1.** Na hipótese de não constar prazo de validade nas certidões apresentadas, a Administração aceitará como válidas as expedidas nos 180 (cento e oitenta) dias imediatamente anteriores à data de apresentação das propostas.
- **4.7.2.** O Pregoeiro, a seu critério, poderá diligenciar para esclarecer dúvidas ou confirmar o teor das declarações solicitadas no item 4.6 deste Edital e das comprovações de qualificação econômico-financeira e de qualificação técnica (caso exigidas nos itens 4.4. e 4.5), aplicando-se, em caso de falsidade, as sanções penais e administrativas pertinentes.
- **4.7.3.** Se o licitante for a matriz, os documentos exigidos no item 4.3. deverão estar em nome da matriz, e, se for filial, os documentos exigidos no item 4.3. deverão estar em nome da filial que, na condição de licitante, executará o objeto da contratação, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- **4.7.4.** O licitante que se considerar isento ou imune de tributos relacionados ao objeto da licitação, cuja regularidade fiscal ou trabalhista seja exigida no presente Edital, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração emitida pela correspondente Fazenda do domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- **4.8.** A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

## 5. SESSÃO PÚBLICA E JULGAMENTO

- **5.1. Abertura das propostas.** No dia e horário previstos neste Edital, o Pregoeiro dará início à sessão pública do pregão eletrônico, com a abertura automática das propostas e a sua divulgação pelo sistema na forma de grade ordenatória, em ordem crescente de preços.
- **5.2. Análise.** A análise das propostas pelo Pregoeiro se limitará ao atendimento das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos e à legislação vigente.
- **5.2.1.** Serão desclassificadas as propostas:
- a) cujo objeto não atenda as especificações, prazos e condições fixados neste Edital;
- b) que apresentem preço baseado exclusivamente em proposta das demais licitantes;
- c) apresentadas por licitante impedida de participar, nos termos do item 2.2 deste Edital;
- d) que apresentem preços unitários ou total simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos ou salários de mercado;
- e) formuladas por licitantes participantes de cartel, conluio ou qualquer acordo colusivo voltado a fraudar ou frustrar o caráter competitivo do certame licitatório.



Av. Um, nº 106 - Centro - Itirapina - SP - CEP. 13530-000 CNPJ: 46.313.714/0001-50 - Inscr. Estadual: Isenta. FONE (19) 3575-9000

Proc. Adm. n°776/2024

- **5.2.2.** A desclassificação se dará por decisão motivada do Pregoeiro.
- **5.2.3.** Serão desconsideradas ofertas ou vantagens baseadas nas propostas das demais licitantes.
- **5.2.4.** Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021.
- **5.3.** Nova grade ordenatória será divulgada pelo sistema, contendo a relação das propostas classificadas e das desclassificadas.
- **5.4. Lances.** Será iniciada a etapa de lances com a participação de todas as licitantes detentoras de propostas classificadas.
- **5.4.1**. Os lances deverão ser formulados exclusivamente por meio do sistema eletrônico em valores distintos e decrescentes, inferiores à proposta de menor preço ou ao último valor apresentado pela própria licitante ofertante, observada em ambos os casos a redução mínima fixada no item 5.4.2, aplicável, inclusive, em relação ao primeiro formulado, prevalecendo o primeiro lance recebido, quando ocorrerem 02 (dois) ou mais lances do mesmo valor.
- 5.4.2. O valor de redução mínima entre os lances será de 01% (um por cento) e incidirá sobre o valor unitário do item.
- **5.4.3.** A etapa de lances terá a duração de 10 (quinze) minutos.
- **5.4.3.1.** A duração da etapa de lances será prorrogada automaticamente pelo sistema, visando à continuidade da disputa, quando houver lance admissível ofertado nos últimos 02 (três) minutos do período de que trata o item 5.4.3 ou nos sucessivos períodos de prorrogação automática.
- **5.4.3.2.** Não havendo novos lances ofertados nas condições estabelecidas no item 5.4.3.1, a duração da prorrogação encerrar-se-á, automaticamente, quando atingido o segundo minuto contado a partir do registro no sistema do último lance que ensejar prorrogação.
- **5.4.4.** No decorrer da etapa de lances, as licitantes serão informadas pelo sistema eletrônico:
- **5.4.4.1.** Dos lances admitidos e dos inválidos, horários de seus registros no sistema e respectivos valores;
- **5.4.4.2.** Do tempo restante para o encerramento da etapa de lances.
- **5.5. Classificação.** Encerrada a etapa de lances, o sistema divulgará a nova grade ordenatória contendo a classificação final, em ordem crescente de valores, considerando o último preço admitido de cada licitante.
- **5.6. Empate ficto.** Com base na classificação a que alude o item 5.5, será assegurada às licitantes microempresas e empresas de pequeno porte preferência à contratação, observadas as seguintes regras:



Av. Um, nº 106 - Centro - Itirapina - SP - CEP. 13530-000 CNPJ: 46.313.714/0001-50 - Inscr. Estadual: Isenta. FONE (19) 3575-9000

Proc. Adm. n°776/2024

- **5.6.1.** A microempresa ou empresa de pequeno porte detentora da proposta de menor valor, dentre aquelas cujos valores sejam iguais ou superiores até 5% (cinco por cento) ao valor da proposta melhor classificada, será convocada pelo Pregoeiro para que apresente preço inferior ao da melhor classificada no prazo de 5 (cinco) minutos, sob pena de preclusão do direito de preferência. Caso haja propostas empatadas, a convocação recairá sobre a licitante vencedora de sorteio.
- **5.6.2.** Não havendo a apresentação de novo preço, inferior ao preço da proposta melhor classificada, serão convocadas para o exercício do direito de preferência, respeitada a ordem de classificação, as demais microempresas e empresas de pequeno porte cujos valores das propostas se enquadrem nas condições indicadas no item 5.6.1.
- **5.6.3.** Caso a detentora da melhor oferta, de acordo com a classificação de que trata o item 5.5, seja microempresa ou empresa de pequeno porte, não será assegurado o direito de preferência, passando-se, desde logo, à negociação do preço.
- **5.6.4.** Sempre que, em momento subsequente, a proposta melhor classificada não for aceita, ou for desclassificada ou inabilitada, e antes de o Pregoeiro passar à proposta subsequente, haverá nova verificação da eventual ocorrência de empate ficto, nos termos dos itens 5.6 e 5.6.1 a 5.6.3 do Edital, se for o caso.
- **5.7. Negociação.** O Pregoeiro poderá negociar com o autor da oferta de menor valor mediante troca de mensagens abertas no sistema, com vistas à redução do preço.
- **5.8. Aceitabilidade.** Após a negociação, se houver, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade do menor preço, decidindo motivadamente a respeito.
- **5.8.1.** A aceitabilidade dos preços será aferida a partir dos preços de mercado vigentes na data da apresentação das propostas, apurados mediante pesquisa realizada pelo Órgão Gerenciador que será juntada aos autos por ocasião do julgamento.
- **5.8.2.** Não serão aceitas as propostas que tenham sido apresentadas por microempresas ou empresas de pequeno porte impedidas de optar pelo Simples Nacional e que, não obstante, tenham considerado os benefícios desse regime tributário diferenciado.
- **5.8.3.** Na mesma sessão pública, o Pregoeiro solicitará da licitante detentora da melhor oferta o envio, no campo próprio do sistema, da planilha de proposta detalhada, elaborada de acordo com o modelo do **Anexo II** deste Edital, contendo os preços unitários e o novo valor total para a contratação a partir do valor total final obtido no certame.
- **5.8.3.1.** A planilha de proposta deverá conter indicação da procedência, marca e modelo do produto ofertado, observadas as especificações do Termo de Referência constante do **Anexo I**.
- **5.8.3.2.** O Pregoeiro poderá a qualquer momento solicitar às licitantes os esclarecimentos que julgar necessários.
- **5.8.3.3.** A critério do Pregoeiro, a sessão pública poderá ser suspensa por até 02 (dois) dias úteis para a apresentação da planilha de proposta em conformidade com o modelo do **Anexo II**.



Av. Um, nº 106 - Centro - Itirapina - SP - CEP. 13530-000 CNPJ: 46.313.714/0001-50 - Inscr. Estadual: Isenta. FONE (19) 3575-9000 Proc. Adm. n°776/2024

- **5.8.3.4.** Se a licitante detentora da melhor oferta deixar de cumprir a obrigação estabelecida no item 5.8.3, sua proposta não será aceita pelo Pregoeiro.
- **5.9**. **Exame das condições de habilitação.** Considerada aceitável a oferta de menor preço, passará o Pregoeiro ao julgamento da habilitação, observando as seguintes diretrizes:
- a) Verificação dos dados e informações do autor da oferta aceita, e extraídos dos documentos indicados no item 4 deste Edital;
- b) caso os dados e informações não atendam aos requisitos estabelecidos no item 4 deste Edital, o Pregoeiro verificará a possibilidade de suprir ou sanear eventuais omissões ou falhas mediante consultas efetuadas por outros meios eletrônicos hábeis de informações. Essa verificação será certificada pelo Pregoeiro na ata da sessão pública, devendo ser anexados aos autos os documentos obtidos por meio eletrônico, salvo impossibilidade devidamente certificada e justificada;
- c) A licitante poderá suprir eventuais omissões ou sanear falhas relativas ao cumprimento dos requisitos e condições de habilitação estabelecidos neste Edital mediante a apresentação de documentos, preferencialmente no campo próprio do BLL Licitações Públicas ou por correio eletrônico a ser fornecido pelo Pregoeiro no chat do sistema, desde que os envie no curso da própria sessão pública e antes de ser proferida a decisão sobre a habilitação.
- d) A Administração não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos hábeis de informações, no momento da verificação a que se refere a alínea "b", ou dos meios para a transmissão de cópias de documentos a que se refere a alínea "c", ambas deste subitem 5.9, ressalvada a indisponibilidade de seus próprios meios. Na hipótese de ocorrerem essas indisponibilidades e/ou não sendo supridas ou saneadas as eventuais omissões ou falhas, na forma prevista nas alíneas "b" e "c", a licitante será inabilitada, mediante decisão motivada:
- e) Os originais ou cópias autenticadas por tabelião de notas dos documentos enviados na forma constante da alínea "c" deverão ser apresentados no endereço indicado no preâmbulo deste Edital, em até 02 (dois) dias após o encerramento da sessão pública, sob pena de invalidade do respectivo ato de habilitação e aplicação das penalidades cabíveis;
- e.1) os documentos poderão ser apresentados mediante publicação em órgão da imprensa oficial, ou por cópia simples, desde que acompanhados dos originais para que sejam autenticados por servidor da administração; ou
- e.2) os documentos eletrônicos produzidos com a utilização de processo de certificação disponibilizada pela ICP-Brasil, nos termos da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, serão recebidos e presumidos verdadeiros em relação aos signatários, dispensando-se o envio de documentos originais e cópias autenticadas em papel.
- f) A comprovação da regularidade fiscal e trabalhista de microempresas ou empresas de pequeno porte será exigida apenas para efeito de celebração da contratação. Não obstante, a apresentação de todas as certidões e documentos exigidos para a



Av. Um, nº 106 - Centro - Itirapina - SP - CEP. 13530-000 CNPJ: 46.313.714/0001-50 - Inscr. Estadual: Isenta. FONE (19) 3575-9000 Proc. Adm. n°776/2024

Fls.

comprovação da regularidade fiscal e trabalhista será obrigatória na fase de habilitação, ainda que apresentem alguma restrição ou impedimento.

- f.1) A prerrogativa tratada na alínea "f" abrange apenas a regularidade fiscal e trabalhista do licitante enquadrado como microempresa ou empresa de pequeno porte, não abrangendo os demais requisitos de habilitação exigidos neste Edital, os quais deverão ser comprovados durante o certame licitatório e na forma prescrita neste item 5.9.
- g) constatado o cumprimento dos requisitos e condições estabelecidos no Edital, a licitante será habilitada e declarada vencedora do certame.
- h) havendo necessidade de maior prazo para analisar os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no chat eletrônico a nova data e horário para sua continuidade.
- i) por meio de aviso lançado no sistema, o Pregoeiro informará às demais licitantes que poderão consultar as informações cadastrais da licitante vencedora utilizando opção disponibilizada no próprio sistema para tanto. O Pregoeiro deverá, ainda, informar o teor dos documentos recebidos por meio eletrônico.
- **5.10.** A licitante habilitada nas condições da alínea "f" do item 5.9 deverá comprovar sua regularidade fiscal e trabalhista sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, mediante a apresentação das competentes certidões negativas de débitos, ou positivas com efeito de negativa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado a partir do momento em que a licitante for declarada vencedora do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração.
- **5.11.** Ocorrendo a habilitação na forma indicada na alínea "f", do item 5.9, a sessão pública será suspensa pelo Pregoeiro, observados os prazos previstos no item 5.10 para que a licitante vencedora possa comprovar a regularidade fiscal e trabalhista.
- **5.12.** Por ocasião da retomada da sessão, o Pregoeiro decidirá motivadamente sobre a comprovação ou não da regularidade fiscal e trabalhista de que trata o item 5.10, ou sobre a prorrogação de prazo para a mesma comprovação.
- **5.13. Exame da oferta subsequente.** Se a oferta não for aceitável, se a licitante desatender às exigências para a habilitação, ou não sendo saneada a irregularidade fiscal e trabalhista, nos moldes dos itens 5.10 a 5.12, o Pregoeiro, respeitada a ordem de classificação de que tratam os itens 5.5 e 5.6, examinará a oferta subsequente de menor preço, negociará com o seu autor, decidirá sobre a sua aceitabilidade e, em caso positivo, verificará as condições de habilitação e assim sucessivamente, até a apuração de uma oferta aceitável cujo autor atenda aos requisitos de habilitação, caso em que será declarado vencedor.

## 6. RECURSO, HOMOLOGAÇÃO E CELEBRAÇÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO

**6.1. Recursos.** Divulgado o vencedor ou, se for o caso, saneada a irregularidade fiscal e trabalhista nos moldes dos itens 5.10 a 5.12, o Pregoeiro informará às licitantes por meio de mensagem lançada no sistema que poderão interpor recurso, imediata e



Av. Um, nº 106 - Centro - Itirapina - SP - CEP. 13530-000 CNPJ: 46.313.714/0001-50 - Inscr. Estadual: Isenta. FONE (19) 3575-9000

Proc. Adm. n°776/2024

Fls.

motivadamente, por meio eletrônico, utilizando exclusivamente o campo próprio disponibilizado no sistema.

- **6.2.** Havendo interposição de recurso o Pregoeiro informará aos recorrentes que poderão apresentar memoriais contendo as razões recursais no prazo de 03 (três) dias úteis após o encerramento da sessão pública, sob pena de preclusão. Os demais licitantes poderão apresentar contrarrazões ao (s) recurso (s) interposto (s) no prazo comum de 03 (três) dias úteis contados a partir do término do prazo para apresentação, pelo (s) recorrente (s), dos memoriais recursais, sendo-lhes assegurada vista aos autos do processo no endereço indicado pela Unidade Compradora.
- **6.3.** Os memoriais de recurso e as contrarrazões serão oferecidos por meio eletrônico no sítio <a href="https://bll.org.br//">https://bll.org.br//</a>., opção "RECURSO". A apresentação de documentos relativos às peças antes indicadas, se houver, será efetuada mediante protocolo dentro dos prazos estabelecidos no item 6.2.
- **6.4.** A falta de interposição do recurso na forma prevista no item 6.1 importará na decadência do direito de recorrer, podendo o Pregoeiro declarar o vencedor do certame na própria sessão pública e, em seguida, propor à autoridade competente a homologação do procedimento licitatório.
- **6.5.** O recurso terá efeito suspensivo e o seu acolhimento importará a invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- **6.6.** Homologação. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.
- **6.7. Convocação para assinatura do Contrato Administrativo.** Serão convocados para assinar do Contrato Administrativo, respeitados os quantitativos ofertados e a ordem de classificação do certame, a licitante vencedora e os fornecedores que concordarem com as condições previstas no item 5.14 do Edital.
- **6.7.1.** A convocação será feita pelo Órgão Gerenciador em até 3 (três) dias úteis após a publicação, em Diário Oficial do Município e/ou Diário Oficial do Estado, do ato que homologou o procedimento licitatório.
- **6.7.2.** Salvo disposição diversa constante no ato de convocação, o prazo para assinatura do Contrato pelo fornecedor, com a utilização de meio eletrônico nos termos da legislação aplicável, será de 3 (três) dias úteis, contados da data da convocação, e o Contrato será celebrada pela mesma autoridade que subscreveu o Edital.
- **6.7.3.** O prazo do item 6.7.2 poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, por solicitação do fornecedor e desde que ocorra motivo justificado aceito pelo Órgão Gerenciador.
- **6.7.4.** Caso a empresa não compareça ou não tenha encaminhado às respectivas vias do termo no prazo estipulado para a assinatura do contrato, **decairá do direito de contratar e poderá ser punida** com multa de até **20%** (vinte por cento) **do valor total ganho**, sendo convocada a seguinte na ordem de classificação.



Av. Um, nº 106 - Centro - Itirapina - SP - CEP. 13530-000 CNPJ: 46.313.714/0001-50 - Inscr. Estadual: Isenta. FONE (19) 3575-9000

Proc. Adm. n°776/2024

Fls.

## 7. DESCONEXÃO COM O SISTEMA ELETRÔNICO

- **7.1. Desconexão.** À licitante caberá acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública, respondendo pelos ônus decorrentes de sua desconexão ou da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema.
- **7.2. Efeitos.** A desconexão do sistema eletrônico com o Pregoeiro, durante a sessão pública, implicará:
- a) fora da etapa de lances, a sua suspensão e o seu reinício, desde o ponto em que foi interrompida. Neste caso, se a desconexão persistir por tempo superior a 15 (quinze) minutos, a sessão pública deverá ser suspensa e reiniciada somente após comunicação expressa às licitantes de nova data e horário para a sua continuidade;
- b) durante a etapa de lances, a continuidade da apresentação de lances pelas licitantes, até o término do período estabelecido no Edital.
- **7.3.** A desconexão do sistema eletrônico com qualquer licitante não prejudicará a conclusão válida da sessão pública ou do certame.

## 8. PRAZOS, LOCAIS E EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

**8.1. Remissão ao Termo de Referência.** Os serviços serão executados em conformidade com o Termo de Referência, que constitui **Anexo I**, do Edital e Anexo **VI** Minuta do Contrato.

#### 09. PAGAMENTOS

- 09.1. Prazo. Os pagamentos serão efetuados em 10 (dez) dias, contados da apresentação de cada nota fiscal/fatura, condicionada ao prévio atestado de regularidade e medição dos serviços, a ser atestada pelo gestor do contrato administrativo.
- **09.2.** As notas fiscais/faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas à contratada e seu vencimento ocorrerá em **30 (trinta) dias** após a data de sua apresentação válida.
- **09.3. CADIN ESTADUAL.** Constitui condição para a realização dos pagamentos a inexistência de registros em nome da contratada no "Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades do Estado de São Paulo CADIN ESTADUAL", o qual deverá ser consultado por ocasião da realização de cada pagamento. O cumprimento desta condição poderá se dar pela comprovação, pela contratada, de que os registros estão suspensos, nos termos do artigo 8º da Lei Estadual nº 12.799/2008.
- **09.4.** Os pagamentos serão feitos mediante crédito aberto em conta corrente em nome da contratada em Banco e Agencia indicada pelo fornecedor.
- **09.5.** Correção monetária. Havendo atraso nos pagamentos, incidirá correção monetária sobre o valor devido na forma da legislação aplicável, bem como juros moratórios, a razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados *pro rata tempori*s, em relação ao atraso verificado.



Av. Um, nº 106 - Centro - Itirapina - SP - CEP. 13530-000 CNPJ: 46.313.714/0001-50 - Inscr. Estadual: Isenta. FONE (19) 3575-9000 Proc. Adm. n°776/2024

Fls.

**09.6.** O Contratante poderá, por ocasião do pagamento, efetuar a retenção de tributos determinada por lei, ainda que não haja indicação de retenção na nota fiscal apresentada ou que se refira a retenções não realizadas em meses anteriores.

## 10. CONTRATAÇÃO

- **10.1. Celebração.** A contratação decorrente deste certame licitatório será formalizada mediante a assinatura de termo de contrato, cuja minuta integra este Edital como **Anexo VI**
- **10.1.1.** Se, por ocasião da celebração do contrato, algum dos documentos apresentados pela adjudicatária para fins de comprovação da regularidade fiscal ou trabalhista estiver com o prazo de validade expirado, a Unidade Compradora verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações e certificará a regularidade nos autos do processo, anexando ao expediente os documentos comprobatórios, salvo impossibilidade devidamente justificada.
- **10.1.2**. Se não for possível atualizar os documentos referidos no item 11.1.1 por meio eletrônico hábil de informações, a adjudicatária será notificada para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade mediante a apresentação das certidões respectivas com prazos de validade em plena vigência, sob pena de a contratação não se realizar.
- **10.1.3.** Constitui condição para a celebração da contratação, bem como para a realização dos pagamentos dela decorrentes, a inexistência de registros em nome da adjudicatária no "Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais CADIN ESTADUAL".
- **10.1.4.** Com a finalidade de verificar o eventual descumprimento pelo licitante das condições de participação previstas no item 2.2 deste Edital serão consultados, previamente à celebração da contratação, os seguintes cadastros:
- **10.1.4.1.** Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas e-Sanções (http://www.esancoes.sp.gov.br);
- **10.1.4.2.** Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas CEIS (https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta);
- **10.1.4.3.** Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade CNIA, do Conselho Nacional de Justiça (http://www.cnj.jus.br/improbidade\_adm/consultar\_requerido.php), devendo ser consultados o nome da pessoa jurídica licitante e também de seu sócio majoritário (artigo 12 da Lei Federal n° 8.429/1992);
- **10.1.4.4.** Cadastro Nacional de Empresas Punidas CNEP (https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta);
- **10.1.4.5.** Cadastro Estadual de Empresas Punidas CEEP (http://www.corregedoria.sp.gov.br/PesquisaCEEP.aspx);



Av. Um, n° 106 - Centro - Itirapina - SP - CEP. 13530-000 CNPJ: 46.313.714/0001-50 - Inscr. Estadual: Isenta. FONE (19) 3575-9000 Proc. Adm. n°776/2024

Fls.

- **10.1.4.6.** Relação de apenados publicada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (https://www.tce.sp.gov.br/apenados).
- **10.1.5.** Constituem, igualmente, condições para a celebração do contrato:
- **10.1.5.1.** A apresentação do(s) documento(s) que a adjudicatária, à época do certame licitatório, houver se comprometido a exibir antes da celebração do contrato por meio de declaração específica, caso exigida no item 4.1.4.6 deste Edital;
- **10.1.5.2.** A indicação de gestor encarregado de representar a adjudicatária com exclusividade perante o contratante, caso se trate de sociedade cooperativa.
- **10.2.** A adjudicatária será convocada pela Unidade Compradora para assinatura do termo de contrato no prazo de 5 (cinco) dias corridos, contados da data da convocação. O contrato será assinado com a utilização de meio eletrônico, nos termos da legislação aplicável. O prazo para assinatura poderá ser prorrogado por igual período por solicitação justificada do interessado e aceita pela Administração.
- **10.3. Celebração frustrada.** As demais licitantes classificadas serão convocadas para participar de nova sessão pública do pregão, com vistas à celebração do contrato, quando a adjudicatária:
- **10.3.1.** Deixar de comprovar sua regularidade fiscal e trabalhista, nos moldes do item 5.10, ou na hipótese de invalidação do ato de habilitação com base no disposto na alínea "e" do item 5.9;
- **10.3.2.** For convocada dentro do prazo de validade de sua proposta e não apresentar a situação regular de que tratam os itens 10.1.1 a 10.1.5 deste Edital.
- **10.3.3.** Recusar-se a assinar o contrato ou não assinar o contrato no prazo e condições estabelecidos;
- **10.3.4.** For proibida de participar desta licitação, nos termos do item 2.2 deste Edital;
- **10.4.** A nova sessão de que trata o item 10.3 será realizada em prazo não inferior a 03 (três) dias úteis contados da publicação do aviso no Diário Oficial do Município de Itirapina.
- **10.4.1.** O aviso será também divulgado nos endereços eletrônicos (https://bll.org.br/) e www.itirapina.sp.gov.br, opção "LICITAÇÕES".
- **10.4.2.** Na nova sessão, respeitada a ordem de classificação, observar-se-ão as disposições dos itens 5.7 a 5.10 e 6.1 a 6.7 deste Edital.

## 11. GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

**11.1.** Não será exigida a prestação de garantia de execução para celebrar a contratação decorrente deste certame licitatório.



Av. Um, nº 106 - Centro - Itirapina - SP - CEP. 13530-000 CNPJ: 46.313.714/0001-50 - Inscr. Estadual: Isenta. FONE (19) 3575-9000

Proc. Adm. n°776/2024

Fls.

#### 12. DOS RECURSOS

- **12.1.** A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no <u>art.</u> 165 da Lei nº 14.133, de 2021.
- **12.2.** O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.
- **12.3.** Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:
- **12.3.1.**a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
- **12.3.2.** o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
- **12.4.** Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- **12.5.** O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

## 13. IMPUGNAÇÕES E PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS

- **13.1.** Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da <u>Lei nº 14.133, de 2021</u>, devendo protocolar o pedido até 3 (cinco) dias úteis antes da data da abertura do certame.
- **13.2. Forma.** As impugnações e os pedidos de esclarecimentos serão formulados por meio eletrônico, em campo próprio do sistema, encontrado na opção "EDITAL". As impugnações e os pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- **13.3. Decisão.** As impugnações serão decididas pelo pregoeiro, auxiliado pelo órgão de assessoramento que elaborou ou participou da elaboração bem como seu subscritor; Os pedidos de esclarecimentos respondidos pelo Pregoeiro. Ambas decisões deverão ser proferidas até o 3º dia até o dia útil anterior à data fixada para a abertura da sessão pública.
- **13.3.1.** Acolhida a impugnação contra o ato convocatório, será designada nova data para realização da sessão pública, se for o caso.



Av. Um, nº 106 - Centro - Itirapina - SP - CEP. 13530-000 CNPJ: 46.313.714/0001-50 - Inscr. Estadual: Isenta. FONE (19) 3575-9000 Proc. Adm. n°776/2024 Fls.

**13.4.2**. As decisões das impugnações e as respostas aos pedidos de esclarecimentos serão entranhados aos autos do processo licitatório e estarão disponíveis para consulta por qualquer interessado.

**13.5**. **Aceitação tácita.** A ausência de impugnação implicará na aceitação tácita, pelo licitante, das condições previstas neste Edital e em seus anexos, em especial no Termo de Referência.

## 14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

- **14.1.** Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
- **14.1.1.** deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;
- **14.1.2.** Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:
- 14.1.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- **14.1.2.2.** Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- **14.1.2.3.** Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;
- **14.1.2.5.** Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
- **14.1.3.** Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- **14.1.3.1.** Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- **14.1.4.** Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;
- 14.1.5. Fraudar a licitação
- **14.1.6.** Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
- 14.1.6.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- **14.1.6.2.** Induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- **14.1.7.** Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
- 14.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.
- **14.2.** Com fulcro na <u>Lei nº 14.133, de 2021</u>, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
- 14.2.1. Advertência:



Av. Um, nº 106 - Centro - Itirapina - SP - CEP. 13530-000 CNPJ: 46.313.714/0001-50 - Inscr. Estadual: Isenta. FONE (19) 3575-9000

Proc. Adm. n°776/2024

- **14.2.2.** Multa;
- 14.2.3. Impedimento de licitar e contratar e
- **14.2.4.** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 14.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 14.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida.
- **14.3.2.** As peculiaridades do caso concreto
- 14.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes
- 14.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública
- **14.3.5.** A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- **14.4.** A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **30 (trinta) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.
- **14.4.1.** Para as infrações previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3. a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
- **14.5.** Para as infrações previstas nos itens 14.1.5. 14.1.7 e 14.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
- **14.6.** As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- **14.7.** Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- **14.8.** A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- **14.9.** Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 14.1.4, 14.1.5, 14.1.6,14.1.7 e 14.1.8. como pelas infrações administrativas previstas nos itens 14.1.1., 14.1.2 e 14.1.3. que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.



Av. Um, nº 106 - Centro - Itirapina - SP - CEP. 13530-000 CNPJ: 46.313.714/0001-50 - Inscr. Estadual: Isenta. FONE (19) 3575-9000 Proc. Adm. n°776/2024

Fls.

- **14.10.** A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 6.7.1. caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do <u>art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022</u>.
- **14.11.** A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- **14.12.**Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- **14.13.** Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
- **14.14.** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- **14.15.** A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

## 15. DISPOSIÇÕES GERAIS

- **15.1. Interpretação.** As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre as licitantes, desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.
- **15.2. Omissões.** Os casos omissos serão solucionados pelo Pregoeiro e as questões relativas ao sistema, pelo órgão responsável pela Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil BLL.
- **15.3. Atas.** Das sessões públicas de processamento do Pregão serão lavradas atas circunstanciadas, que após assinadas serão publicadas em forma de extrato no Diário do Município e Registrado em Sistema Eletrônico Próprio.
- **15.4. Sigilo dos licitantes.** O sistema manterá sigilo quanto à identidade das licitantes:



Av. Um, nº 106 - Centro - Itirapina - SP - CEP. 13530-000 CNPJ: 46.313.714/0001-50 - Inscr. Estadual: Isenta. FONE (19) 3575-9000 Proc. Adm. n°776/2024

Fls.

- **15.4.1.** Para o Pregoeiro, até a etapa de negociação com o autor da melhor oferta;
- **15.4.2**. Para os demais participantes, até a etapa de habilitação;
- **15.5.** Será excluído do certame o licitante que, por quaisquer meios, antes ou durante a sessão pública, franqueie, permita ou possibilite a sua identificação para a Unidade Compradora, para o Pregoeiro ou para os demais participantes em qualquer momento, desde a publicação do aviso até a conclusão da etapa de negociação, especialmente no preenchimento do formulário eletrônico para a entrega das propostas.
- **15.6.** A exclusão de que trata o item anterior dar-se-á por meio de desclassificação do licitante na etapa "Análise de Propostas" e/ou pela não aceitabilidade do preço pelo pregoeiro na etapa "Análise da Aceitabilidade de Preço".
- **15.7. Saneamento de erros e falhas.** No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- **15.7.1.** As falhas passíveis de saneamento na documentação apresentada pelo licitante são aquelas cujo conteúdo retrate situação fática ou jurídica já existente na data da abertura da sessão pública deste Pregão.
- **15.7.2.** O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- **15.8. Publicidade**. O resultado deste Pregão e os demais atos pertinentes a esta licitação, sujeitos à publicação, serão divulgados no Diário Oficial do Estado e do Município nos sítios eletrônicos <a href="http://www.itirapina.sp.gov.br">http://www.itirapina.sp.gov.br</a> e <a href="https://imprensaoficialmunicipal.com.br/itirapina">https://imprensaoficialmunicipal.com.br/itirapina</a>, respectivamente.
- **15.9. Prazos**. Os prazos indicados neste Edital em dias corridos, quando vencidos em dia não útil, prorrogam-se para o dia útil subsequente.
- **15.10**. **Foro**. Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de Itirapina do Estado de São Paulo.
- **15.11**. **Anexos.** Integram o presente Edital:

Anexo I – Termo de Referência:

Anexo II – Modelo de Proposta

Anexo III.1 – Modelos de Declarações do Ministério do Trabalho e Emprego

Anexo III.2 – Modelo de declaração de elaboração independente de proposta e atuação conforme ao marco legal anticorrupção;

Anexo III.3. Modelo de declaração de enquadramento como ME ou EPP;

Anexo III. – Modelo de enquadramento com cooperativa;

Anexo IV – Modelo de Atestado de Capacidade Técnica;

Anexo V – Dados Contratuais;

Av. Um, nº 106 - Centro - Itirapina - SP - CEP. 13530-000 CNPJ: 46.313.714/0001-50 - Inscr. Estadual: Isenta. FONE (19) 3575-9000 Proc. Adm. n°776/2024

Fls.

Anexo VI– Minuta do Termo de Contrato;

Anexo VI.A – Termo de Ciência e de Notificação;

Anexo VI.B – Cadastro do Responsável;

Anexo VI.C - Declaração de Documentos à Disposição do TCE-SP.

Itirapina, 07 de junho de 2024.

## **VALÉRIA MARIA FELTRIN SANCHES**

Secretária Municipal da Educação e Cultura

Anexo I - Termo de Referência



Av. Um, nº 106 - Centro - Itirapina - SP - CEP. 13530-000 CNPJ: 46.313.714/0001-50 - Inscr. Estadual: Isenta. FONE (19) 3575-9000 Proc. Adm. n°776/2024

Fls.

## TERMO DE REFERÊNCIA

### 1. OBJETO

1.1. Esta licitação tem por objeto a Contratação de empresas especializadas na prestação de serviço recarga e manutenção de extintores de incêndio e testes de estanqueidade, mantendo os extintores abastecidos, com as respectivas cargas dentro da validade e prontos para o uso, em caso de necessidade, para o combate de princípios de incêndios, visando garantir a segurança de todo o departamento pertencente à Secretaria Municipal de Educação e Cultura, conforme especificações técnicas e operacionais constantes neste Termo de Referência.

#### 2. JUSTIFICATIVA

Justificamos que o serviço descrito neste Termo de Referência devida necessidade de atender às normas de segurança quanto à prevenção e combate de incêndios, visando garantir a segurança da comunidade usuária, bem como o patrimônio. Os extintores de incêndio é um equipamento necessário para medidas emergenciais de combate a incêndios, e sua carga deve ser substituída e realizada a manutenção após o vencimento de seu prazo de validade, para que o equipamento mantenha sua eficácia, de acordo com as normas vigentes. A realização de testes de estanqueidade é essencial para garantir que as instalações das escolas estão livres de vazamentos de gases potencialmente perigosos, como o gás natural, que podem representar riscos à saúde e à segurança de todos que frequentam o ambiente escolar.

Esta secretaria conta com 08 (oito) unidades escolares, 01 (um) anfiteatro municipal, 01 (um) almoxarifado e 01 (um) sede administrativa, locais estes nos quais deverão ser realizados estes serviços.

3. Descrição dos serviços e locais da Secretaria Municipal da Educação:

# 3.1. Descrição de <u>serviços de recargas de extintores e estanqueidade</u>, segue abaixo: Lote 01:

Sede da Secretaria Municipal da Educação e Cultura Rua 04, 462 - Centro		
Para fins de recarga		
Quantidade		
02		
01		
01		
EMEF "José Cruz" Rua 06, 58, Centro, Itirapina/SP Para fins de recarga		
Quantidade		
05		
03		
01		
01		
EMEFI Prof <sup>a</sup> "Aracy Leal Bernardi" Rua Ceci nº 44 - Jardim Nova Itirapina – Itirapina/SP		
Para fins de recarga		
Quantidade		

Av. Um, nº 106 - Centro - Itirapina - SP - CEP. 13530-000 CNPJ: 46.313.714/0001-50 - Inscr. Estadual: Isenta. FONE (19) 3575-9000 Proc. Adm. n°776/2024

Fls.

Extintor de pó BC 4Kg	01
Extintor de água pressurizada 10 Litros	04
Extintor de BC 6kg	01
Teste hidrostático	01
EMEF Prof <sup>a</sup> "Marilei Schmidt de Oliveira Rua Cataguases, nº 57- Jardim Nova Itirapina-	Itirapina/SP
Para fins de recarga	
Descrição	Quantidade
Extintor de pó BC 4Kg	08
Extintor de água pressurizada 10 Litros	03
Extintor de BC 6kg	01
Extintor de CO2 6kg Teste hidrostático	01 02
	U2
CEI Prof <sup>a</sup> "Dulce de Faria Martins Migliorini" Rua Jaraguaçu, nº 580 - Jardim Nova Itirapina	-Itirapina/SP
Para fins de recarga	
Descrição	Quantidade
Extintor de pó BC 4Kg	04
Extintor de água pressurizada 10 Litros	01
Extintor de pó ABC 4kg	03
Extintor de CO2 6kg	01
Teste hidrostático	01
CEI Prof <sup>a</sup> "Hilda Barros" Rua 03, 150 – Jardim dos Eucaliptos	
Para fins de recarga	
Descrição	Quantidade
Extintor de pó BC 4Kg	04
Extintor de água pressurizada 10 Litros	03
Extintor de pó ABC 4kg	03
Extintor de CO2 6kg	01
EMEI Prof <sup>a</sup> "Eneida Cário Cornachioni" Rua 04, 152 - Centro	
Para fins de recarga	
Descrição	Quantidade
Extintor de pó BC 4Kg	02
Extintor de pó BC 6Kg	01
Extintor de água pressurizada 10 Litros	02
Extintor de pó ABC 4kg	01
·	
Creche Municipal "Ana Cândida Rossler"	

Quantidade		
06		
Rua Jandira Grossi, 55 – Jardim Gobbi		
Quantidade		
04		
01		
02		

Rua Jurupari, 292 - Jardim Nova Itirapina – Itirapina/SP Para fins de recarga

Av. Um, nº 106 - Centro - Itirapina - SP - CEP. 13530-000 CNPJ: 46.313.714/0001-50 - Inscr. Estadual: Isenta. FONE (19) 3575-9000

Proc. Adm. n°776/2024

Fls.

Anfiteatro Municipal "Monsenhor José Maria Fructuoso Braga"		
Rua 05, 195 - Centro		
Para fins de recarga		
Descrição	Quantidade	
Extintor de pó ABC 4kg	04	
Extintor de CO2 6kg	03	
Extintor de água pressurizada 10 Litros	04	
Extintor de pó BC 4Kg	01	

## 3.2. Descrição de **serviços de sinalização de extintores**, segue abaixo:

## Lote 02:

CEI Profª "Dulce de Faria Martins Migliorini" Rua Jaraguaçu, nº 580 - Jardim Nova Itirapina –Itirapina/SP		
Para fins de sinalização		
Descrição	Quantidade	
Sinalizações diversas (extintores, rotas de fugas, hidrantes)	12	
Almoxarifado da Educação Rua 04, 867 – Vila Garbi		
Para fins de sinalização		
Descrição	Quantidade	
Sinalizações diversas (extintores, rotas de fugas, hidrantes)	10	

## 3.3. Descrição de **serviços de aquisição de extintores**, segue abaixo:

EMEFI Prof <sup>a</sup> "Aracy Leal Bernardi"			
Rua Ceci nº 44 - Jardim Nova Itirapina – Itirapina/SP			
Para fins de aquisição			
Descrição	Quantidade		
Extintor de pó BC 4Kg (novo)	01		
EMEF Profa "Marilei Schmidt de Oliveira			
Rua Cataguases, nº 57- Jardim Nova Itirapina- Itirapina/	/SP		
Para fins de aquisição			
Descrição	Quantidade		
Extintor de pó ABC 4Kg (novo)	02		
CEI Prof <sup>a</sup> "Dulce de Faria Martins Migliorini" Rua Jaraguaçu, nº 580 - Jardim Nova Itirapina –Itirapina/SP			
Para fins de aquisição			
Descrição	Quantidade		
Extintor de pó ABC 4Kg (novo)	02		
Almoxarifado da Educação Rua 04, 867 – Vila Garbi			
Para fins de aquisição			
Descrição	Quantidade		
Suporte de piso	01		
Extintor de pó ABC 4Kg (novo)	02		



Av. Um, nº 106 - Centro - Itirapina - SP - CEP. 13530-000 CNPJ: 46.313.714/0001-50 - Inscr. Estadual: Isenta. FONE (19) 3575-9000

Proc. Adm. n°776/2024

Fls.

## **3.4.** Descrição dos serviços e locais da Secretaria Municipal da Administração:

## Lote 03:

Descrição	Quantidades	Valor Unit.	Valor Total
Suporte de Solo para Extintor 04KG	10	R\$ 27,50	R\$ 275,00
Suporte de Parede para Extintor	5	R\$ 4,50	R\$ 22,50
Placa de Extintor Fotoluminescente	4	R\$ 8,90	R\$ 35,60
Placa de Saída Fotoluminescente	10	R\$ 8,90	R\$ 89,00
Placa Saída Direita Fotoluminescente	10	R\$ 8,90	R\$ 89,00
Placa Saída Esquerda Fotoluminescente	10	R\$ 8,90	R\$ 89,00

### Lote 04:

Descrição	Quantidades	Valor Unit.	Valor Total
Extintor B/Troca 04 KG ABC	63	R\$ 44,90	R\$ 2.828,70
Extintor B/Troca 06 KG ABC	6	R\$ 54,90	R\$ 329,40
Extintores B/Troca Água Pressurizada 10 LT	29	R\$ 34,90	R\$ 1.012,10
Extintor B/Troca 04KG BC	40	R\$ 34,90	R\$ 1.396,00
Extintor B/Troca 06 KG BC	10	R\$ 38,90	R\$ 389,00
Extintor B/Troca 08 KG BC	1	R\$ 48,90	R\$ 48,90
Extintor B/Troca 06 KG CO2	12	R\$ 84,90	R\$ 1.018,80
Extintor Recondicionado 04 KG ABC	4	R\$ 148,90	R\$ 595,60

- 3.5. A empresa vencedora garantirá a execução dos serviços de instalação que apresentarem defeitos pelo **período de 12 (doze) meses**, sem ônus para a contratante a contar da data de recebimento definitivo.
- 3.5. Referente aos <u>serviços prestados</u>, correrá por conta exclusiva da Contratada a responsabilidade pelo deslocamento de seus técnicos aos locais necessários, pela retirada e entrega dos equipamentos, assim como pelas despesas de transportes, frete e seguros correspondentes.

## 4. DOS RELATÓRIOS REFERENTE AOS SERVIÇOS PRESTADOS

- 4.1. A empresa Contratada deverá emitir relatórios após realização do serviço relativos à rotina de manutenção, incluindo descrição sumária dos demais serviços realizados em cada equipamento, que deverão ser entregues ao Fiscal do Contrato;
- 4.2. O relatório deverá ser aprovado e assinado pelo Fiscal o Contrato.
- 4.3. Deverá constar no relatório as condições inadequadas encontradas ou iminência de ocorrências que possam prejudicar o perfeito funcionamento dos equipamentos consertados.
- 4.4. Referente aos <u>serviços prestados</u>, ao término do serviço deverá ser anexado ao produto o selo correspondente, no qual deverá constar, a data da realização do serviço, bem como a data de validade.
- 5. Da vistoria da Empresa vencedora
- 5.1. Após a contratação a licitante VENCEDORA deverá fazer vistoria obrigatória para confirmação dos demais detalhes técnicos e conhecimento das particularidades dos locais para iniciar os trabalhos.



Av. Um, nº 106 - Centro - Itirapina - SP - CEP. 13530-000 CNPJ: 46.313.714/0001-50 - Inscr. Estadual: Isenta. FONE (19) 3575-9000 Proc. Adm. n°776/2024

Fls.

5.2. As visitas deverão ser agendadas pelos telefones das unidades responsáveis, em contato no caso, com o Gestor/Diretor responsável por cada unidade escolar, com a Gestora/Secretaria Municipal da Educação e Cultura e com Secretario Adjunto no caso do Anfiteatro Municipal, conforme segue quadro abaixo:

Local	Responsável	Endereço	Telefone
Secretaria Municipal da Educação e Cultura	Prof <sup>a</sup> Valéria Maria Feltrin Sanches (Secretária Municipal da Educação e Cultura)	Rua 04, 462 - Centro	(19) 3575-4008 / 4070
Anfiteatro Municipal "Monsenhor José Maria Fructuoso Braga"	Rodrigo Gemignani Rubio (Secretário Adjunto)	Rua 05, 195 - Centro	(19) 3575-1852
EMEF "José Cruz"	Silas Balieiro de Almeida (Diretor Escolar)	Rua 06, 58, Centro, Itirapina/SP	(19) 3575-1391
EMEFI Prof <sup>a</sup> "Aracy Leal Bernardi"	Sica	Rua Ceci nº 44 - Jardim Nova Itirapina – Itirapina/SP	(19) 3575-1867
EMEF Prof <sup>a</sup> "Marilei Schmidt de Oliveira	Anderson Afonso da Silva Diretor Escolar	Rua Cataguases, nº 57- Jardim Nova Itirapina- Itirapina/SP	(19) 3575-2535
CEI Prof <sup>a</sup> "Dulce de Faria Martins Migliorini"	Nathália Gonçalves de Lara Diretor Escolar	Rua Jaraguaçu, nº 580 - Jardim Nova Itirapina – Itirapina/SP	(19) 3575- 3846
Creche Municipal "Ana Cândida Rossler"	Vanessa Fabiana de Brito Gonçalves (Diretora Escolar)	Rua Jurupari, 292 - Jardim Nova Itirapina – Itirapina/SP	(19) 3575 - 1983
CEI Prof <sup>a</sup> "Hilda Barros"	Edgar Heliodoro Vendramelli Dias (Diretora Escolar)	Rua 03, 150 – Jardim dos Eucaliptos	(19) 3575- 4077
EMEI Prof <sup>a</sup> "Eneida Cário Cornachioni"	Rodrigo Taconelli (Diretor Escolar)	Rua 04, 152 - Centro	(19) 3575- 2435
CRECHE ESCOLA PROF.ª "SIMONE DE LIMA"	Bianca Cristina da Silva Coordenador Pedagógico	RUA DYONISIO GOBBI, 55, JARDIM GOBBI	(19)3575-3027

## 6. DA DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS REFERENTES

- 6.1. A execução dos referentes serviços, compreende a retirada, a entrega dos extintores de incêndio, o fornecimento do material necessário para recarga, manutenção de segundo nível, os testes hidrostáticos e a reposição de peças caso necessário, tais como: válvula, mangueiras, difusores, manômetros, lacre, selo, pintura, rótulo de instruções.
- 6.2. Os equipamentos que por ventura não tiverem condições de serem recarregados deverão ser devolvidos com o respectivo laudo, explicitando os motivos pelos quais não pode ser recarregado.
- 6.3. A contratada deverá retirar os extintores que serão recarregados, no prazo de 05 (cinco) dias úteis após o recebimento da respectiva Nota de Empenho.
- 6.3.1. A recarga e manutenção dos extintores deverão ser executados na empresa contratada, que deverá dispor de um adequado, de todas as ferramentas, equipamentos, acessórios e EPIs necessários à sua perfeita execução, bem como devidamente qualificados.
- 6.3.2. Durante a execução da recarga, a contratada deverá fornecer e instalar extintores substitutos para cada extintor retirado, com as mesmas características e a mesma



Av. Um, nº 106 - Centro - Itirapina - SP - CEP. 13530-000 CNPJ: 46.313.714/0001-50 - Inscr. Estadual: Isenta. FONE (19) 3575-9000

Proc. Adm. n°776/2024

Fls.

capacidade de combate de incêndio, que esteja válido, carregado e com identificação do fornecedor, para suprir eventual situação de emergência e manter as condições de segurança e prevenção de incêndio nas dependências nos quais estão instalados, sem ônus para o contratante.

- 6.3.3. No momento da retirada dos extintores para recarga e manutenção, será lavrado "Termo de Retirada" que será assinado por representantes do contratante e da contratada, contendo local que o mesmo pertence, data da retirada, quantidade, tipo de extintor e carga.
- 6.3.4. A contratada deverá devolver os extintores prontos, devidamente recuperados e recarregados, em plenas condições de uso, no prazo de 15 (quinze) dias úteis após a data da retirada dos extintores, formalizada por meio do "Termo de retirada", diretamente no local onde foi retirado.
- 6.3.5. O prazo estipulado no subitem 6.3.4. poderá ser prorrogado, uma única vez, pelo período de 10 (dez) dias úteis, mediante solicitação formal da contratada, devidamente justificada e posterior aceitação da contratante.
- 6.3.6. Após a realização da recarga, a contratada deverá providenciar a colocação de etiqueta de identificação no extintor, em material impermeável, contendo as seguintes informações básicas: tipo de carga, capacidade, número do extintor, data (mês) da carga, data (mês) da próxima recarga e data (ano) do teste hidrostático.
- 6.3.7. Caso o extintor não necessite da troca de peças, a empresa deverá efetuar somente a cobrança da recarga.
- 6.3.8. A recarga de extintores, as manutenções e trocas de peças necessárias, bem como a retirada, o transporte e a devolução dos equipamentos correrão por exclusiva conta da contratada.
- 6.3.9. Nos casos que o extintor necessite da troca de eventuais peças, a contratada deverá apresentar a relação de itens trocados de cada extintor.

## 7. PARA FINS DE AQUISIÇÃO DE ITENS

- 7.1. Os modelos de extintores que deverão ser <u>adquiridos</u> são os que seguem em subitem abaixo e os locais nos quais serão instalados se encontram em item 3 e seus respectivos subitens:
- 7.1.1. Modelo: EXTINTOR PQS 4KG ABC (PP04) Extintor portátil de pressurização direta, com carga de pó químico seco ABC, fabricado conforme ABNT NBR 15808:2010 em chapa de aço carbono. Destinado ao combate de princípios de incêndio das Classes A (Resíduos Sólidos), B (Líquidos inflamáveis), C (equipamentos Elétricos), com pressão de trabalho de 10,5 Kgf./cm2.Recipiente fabricado a partir de chapa plana de aço, calandrada com tampa fundo estampada а frio, soldados pelo processo MIG. Pintado pelo processo eletrostático com tinta em pó na cor vermelha. Mangueira em borracha com trama de nylon. Validade de carga: 01 anos; Validade do teste hidrostático: 05 anos; Peso da carga PQS 4kg.
- 7.1.2. Modelo: EXTINTOR PQS 4KG BC (PP04) Extintor portátil de pressurização direta, com carga de pó químico seco BC, fabricado conforme ABNT NBR 15808:2010 em chapa de aço carbono.Destinado ao combate de princípios de incêndio das B (Líquidos inflamáveis), C (equipamentos Elétricos), com pressão de trabalho de 10,5 Kgf./cm2.Recipiente fabricado a partir de chapa plana de aço, calandrada com tampa e



Av. Um, nº 106 - Centro - Itirapina - SP - CEP. 13530-000 CNPJ: 46.313.714/0001-50 - Inscr. Estadual: Isenta. FONE (19) 3575-9000

Proc. Adm. n°776/2024

Fls.

fundo estampada a frio, soldados pelo processo MIG. Pintado pelo processo eletrostático com tinta em pó na cor vermelha. Mangueira em borracha com trama de nylon. Validade de carga: 01 ano; Validade do teste hidrostático: 05 anos; Peso da carga PQS 4kg.

7.1.3. Suporte para extintor em modelo tripé para extintor ABC 4kg – ferro fundido; altura 45 cm; largura 60 cm.

### 8. PARA FINS DE RECARGA DE ITENS

- 8.1. Os modelos de extintores que deverão ser <u>recarregados</u> são os que seguem em subitem abaixo e os locais nos quais serão instalados se encontram em item 3.5. e seus respectivos subitens:
- **8.1.1.** Modelo: EXTINTOR PQS 4KG ABC (PP04) Extintor portátil de pressurização direta, com carga de pó químico seco ABC, fabricado conforme ABNT NBR 15808:2010 em chapa de aço carbono. Destinado ao combate de princípios de incêndio das Classes A (Resíduos Sólidos), B (Líquidos inflamáveis), C (equipamentos Elétricos), com pressão de trabalho de 10,5 Kgf./cm2. Recipiente fabricado a partir de chapa plana de aço, calandrada com tampa e fundo estampada a frio, soldados pelo processo MIG. Pintado pelo processo eletrostático com tinta em pó na cor vermelha. Mangueira em borracha com trama de nylon. Validade de carga: 01 ano; Validade do teste hidrostático: 05 anos; Peso da carga PQS 4kg. Capacidade extintora: 2-A:20- BC.
- **8.1.2.** Modelo: EXTINTOR PQS 4KG BC (PP04) Extintor portátil de pressurização direta, com carga de pó químico seco BC, fabricado conforme ABNT NBR 15808:2010 em chapa de aço carbono. Destinado ao combate de princípios de incêndio das B (Líquidos inflamáveis), C (equipamentos Elétricos), com pressão de trabalho de 10,5 Kgf./cm2. Recipiente fabricado a partir de chapa plana de aço, calandrada com tampa e fundo estampada a frio, soldados pelo processo MIG. Pintado pelo processo eletrostático com tinta em pó na cor vermelha. Mangueira em borracha com trama de nylon. Validade de carga: 01 ano; Validade do teste hidrostático: 05 anos; Peso da carga PQS 4kg. Capacidade extintora: 20-B:C.



Av. Um, nº 106 - Centro - Itirapina - SP - CEP. 13530-000 CNPJ: 46.313.714/0001-50 - Inscr. Estadual: Isenta. FONE (19) 3575-9000

Proc. Adm. n°776/2024

Fls.

- 8.1.3. Modelo: EXTINTOR CO2 6KG (CO2 6KG) Extintor portátil com 06 Kg de Dióxido de Carbono (CO²). Fabricado a partir de aço carbono sem costuma SAE 1541 médio Manganês, tratados termicamente por Normalização. Com pintura vermelha aplicada por processo eletrostático e rotulação adesiva em vinil transparente. Mangote de borracha com reforço em trama de aço e difusor injetado em Polietileno com haste de aterramento. Validade de carga: 01 ano; Validade do teste hidrostático: 05 anos; Capacidade extintora 5-B:C.
- **8.1.4.** Modelo: EXTINTOR PQS 6KG BC (PP06) Extintor portátil de pressurização direta, com carga de pó químico seco BC, fabricado conforme ABNT NBR 15808:2010 em chapa de aço carbono.

Destinado ao combate de princípios de incêndio das B (Líquidos inflamáveis), C (equipamentos Elétricos), com pressão de trabalho de 10,5 Kgf./cm2.

Recipiente fabricado a partir de chapa plana de aço, calandrada com tampa e fundo estampada a frio, soldados pelo processo MIG.

Pintado pelo processo eletrostático com tinta em pó na cor vermelha.

Mangueira em borracha com trama de nylon. Validade de carga: 01 ano; Validade do teste hidrostático: 05 anos; Capacidade extintora 5-B:C; Peso carga: PQS 6KG.

- 8.1.5. Modelo: EXTINTOR DE ÁGUA PRESSURIZADA (AP) 10L Extintores do tipo água pressurizada são indicado para combater incêndio classe A, isto é, incêndios com origens de combustíveis sólidos como papel, madeira e tecidos. Uma vez que acionado, não apenas resfria esse tipo de material tornando sua temperatura inferior ao ponto de ignição, como também, a camada de água formada na superfície do material dificulta a propagação do fogo. No entanto, esse tipo de extintor nunca deve ser utilizado em equipamentos elétricos/energizados (classe C) e líquidos inflamáveis (classe B). ; Capacidade de carga de água pressurizada 10L. Variação do volume hidráulico 150ML. Capacidade extintora: 2-A. Pressão do trabalho: 1MPA. Aditivo anticorrosivo antichama à base de amino-esteres: 1% 100ML em 10L de água potável.
- **8.1.6. Testes hidrostáticos -** Os testes hidrostáticos de extintores deverão ser realizados a cada 5 anos, em cilindros de alta e baixa pressão, conforme delimitações das normas NBR 12962, da ABNT e regulamentações do Inmetro. Estes testes fazem parte dos procedimentos de segurança. Para o cumprimento das normas de combate a incêndio e dispondo de toda a estrutura de equipamentos para tal, a avaliação periódica com o teste hidrostático de extintores é uma rotina que deve fazer parte das atividades de administração, gerenciamento de risco e zeladoria.
- **8.1.6.1.** Por meio do teste hidrostático que deverão ser realizados nos extintores de modelos: EXTINTOR PQS 4KG ABC, EXTINTOR PQS 4KG BC, EXTINTOR CO2 6KG, EXTINTOR PQS 6KG BC, EXTINTOR DE ÁGUA PRESSURIZADA (AP) 10L, poderão ser identificados: falhas no material do extintor, avaliação a corrosão conforme nível de tensão e alinhamento as propriedade mecânicas do equipamento.

### 9. PARA FINS DE TESTE DE ESTANQUEIDADE DE ITENS REFERENTE AO LOTE 5



Av. Um, nº 106 - Centro - Itirapina - SP - CEP. 13530-000 CNPJ: 46.313.714/0001-50 - Inscr. Estadual: Isenta. FONE (19) 3575-9000 Proc. Adm. n°776/2024

- **9.1.** O teste de estanqueidade deverá ser realizado para garantir a seguridade de uma tubulação de gás, deverá ser realizado regularmente para prevenir incêndios e evitar vazamentos. Esse teste integra a NBR 15.571.
- **9.2.** Deverá ser emitido um laudo deste teste por um engenheiro mecânico. No laudo, deve constar a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART). Com isso, o profissional assume a responsabilidade pela segurança do sistema de gás. O teste deve ser feito a cada 12(doze) meses, pois, com o tempo, as instalações de gás sofrem com a deterioração, o que pode ocasionar os vazamentos.
- **9.3.** De acordo com a NBR 15.571, este teste apresenta alguns tópicos que deverão ser analisados:
- **9.3.1.** QUALIFICAÇÃO PESSOAL: o procedimento, a execução e a supervisão do ensaio devem ser feitos por um profissional qualificado;
- **9.3.2.** QUALIFICAÇÃO DO PROCEDIMENTO: o procedimento tem que seguir a norma especifica do produto e as evidências de qualificação precisam estar disponíveis ao contratante;
- **9.3.3.** PREPARAÇÃO E LIMPEZA DA SUPERFÍCIE: dependendo de alguns requisitos, como finalidade do ensaio, processo de fabricação do componente, sensibilidade requerida, uma ou duas técnicas de preparação da superfície podem ser utilizadas;
- **9.3.4.** ANÁLISE DE CONTAMINANTES: deve-se ficar atento em que tipo de material o ensaio será realizado, devido ao teor de contaminantes que certos materiais apresentam;
- **9.3.5.** ENSAIO VISUAL: deve ser feito de acordo ABNT NBR 315, antes do teste de estanqueidade;
- **9.3.6.** ILUMINAÇÃO: o ensaio deve ser realizado com uma iluminação de no mínimo 1 000 lux (luz visível) e no máximo 20 lux (fluorescente);
- **9.3.7.** LIMPEZA FINAL: após o ensaio, os materiais utilizados devem ser totalmente removidos e descartados corretamente;
- **9.4.** Ensaios de formação de bolhas com pressão positiva:
- **9.4.1.** MATERIAIS: Geralmente, o gás usado neste tipo de ensaio é o ar. Mas, gases inertes podem ser utilizados.
- **9.4.2.** APARELHAGEM: A escala do vacuômetro deve estar entre 1,0 kgf/cm² a 0 kgf/cm² (pressão relativa). O vacuômetro deve estar calibrado. A calibração precisa ser feita anualmente.



Av. Um, nº 106 - Centro - Itirapina - SP - CEP. 13530-000 CNPJ: 46.313.714/0001-50 - Inscr. Estadual: Isenta. FONE (19) 3575-9000

Proc. Adm. n°776/2024 Fls.

**9.4.3.** PROCEDIMENTO: A execução de ser feita com uma sobreposição mínima de 100 mm. A pressão, no mínimo 0,14 kg/cm² abaixo da pressão atmosférica, com tempo mínimo inspeção de 10 s.

- **9.5.** Ensaios de formação de bolhas com pressão negativa:
- **9.5.1.** MATERIAIS: São os mesmos utilizados no ensaio de formação de bolhas com pressão positiva
- **9.5.2.** Aparelhagem: A escala do vacuômetro deve estar entre 1,0 kgf/cm² a 0 kgf/cm² (pressão relativa). O vacuômetro deve estar calibrado. A calibração precisa ser feita anualmente.
- **9.5.3.** PROCEDIMENTO: A execução de ser feita com uma sobreposição mínima de 100 mm. A pressão, no mínimo 0,14 kg/cm² abaixo da pressão atmosférica, com tempo mínimo inspeção de 10 s.
- 9.6. Ensaio de capilaridade:
- **9.6.1.** MATERIAIS: O líquido usado neste ensaio deve ter alto efeito de capilaridade. Pode ser usado a mistura de líquido penetrante colorida ou florescente (óleo diesel ou querosene). Recomenda-se um tempo mínimo de penetração de 24 horas.
- **9.6.2.** PROCEDIMENTO: Deve ser evitado preparações que possam obstruir as descontinuidades da superfície. Durante o ensaio, a temperatura deve ser acima dos 10 °C, não ultrapassando os 52 °C.
- 9.7. Relatório do ensaio:
- **9.7.1.** Os resultados devem ser registrados em um sistema que permita a identificação e a rastreabilidade do local ensaiado. Além disso, deve conter: nome do emitente, identificação numérica do relatório, identificação da peça, número e revisão, manômetro utilizado, pressão de ensaio, registro dos defeitos detectados, normas e valores para interpretação, resultado positivo ou negativo do ensaio, datas, assinatura do inspetor responsável, técnica utilizada e consumíveis utilizados.

### 10. DA VIGÊNCIA

- **10.1.** A vigência será de **12 (doze) meses,** devendo de acordo com a Lei 14.133, art. 108 da Lei no 14.133 de 2021, podendo ser prorrogada por mais 30 (trinta) meses, por se tratar e serviço continuo.
- **10.2.** Os serviços prestados, deverão ser realizados (01) uma vez ao ano, seguindo os prazos de validade previstos em normas.

## 11. DO REAJUSTE



Av. Um, nº 106 - Centro - Itirapina - SP - CEP. 13530-000 CNPJ: 46.313.714/0001-50 - Inscr. Estadual: Isenta. FONE (19) 3575-9000

Proc. Adm. n°776/2024

Fls.

- 11.1. Havendo renovação contratual, nos termos da lei, os preços poderão ser reajustados com base no índice IPCA/IBGE do período, ou em caso de sua extinção, pelo seu substituto legal, mediante prévia autorização.
- 11.1. Os preços poderão ser reajustados, desde que haja eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que haja elevação ao custo dos serviços ou bens registrados, durante a vigência e, mediante a prévia autorização, cabendo ao órgão gerenciador promover a negociação junto à contratada.
- 11.2. A comprovação será submetida a análise, parecer e posterior autorização ou indeferimento do pedido de reajuste, nos prazos legais, sendo informada a contratada, por meio da gestora do presente contrato.
- 11.3. Ocorrendo o reajuste de valor, por meio de termo aditivo, a contratante, com base no valor, promoverá o reajuste no empenho que decorre deste contrato.

## 12. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 12.1. A Prefeitura Municipal de Itirapina efetuará o pagamento até 10 (dez) dias contados da apresentação da(s) respectiva(s) Nota(s) Fiscal(is) Eletrônica(s) NFE(s) devidamente atestada(s) pelo setor, em conta corrente vinculada ao CNPJ da contratada;
- 12.2. Havendo erro na Nota Fiscal Eletrônica NFE ou outra circunstância que desaprove a liquidação, a mesma será devolvida e o pagamento ficará pendente até que a empresa vencedora providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer tipo de ônus para a Prefeitura;
- 12.3. Caso haja documentos faltantes ou incorretos, notificação interna de pendências ou irregularidades quanto aos produtos/serviços não será iniciada a contagem do prazo para pagamento;
- 13.4. A título de pagamento a contagem do prazo será a data de recebimento da Nota Fiscal atestada por esta prefeitura;
- 13.5. Os pagamentos serão efetuados mediante crédito em conta corrente, devendo a CONTRATADA informar o número do banco, da agência e conta bancária, ou por meio de banco credenciado, em conta corrente vinculada ao CNPJ da contratada, a critério da administração.
- 14. Das multas e sanções
- 14.1. Em caso de inexecução do contrato, erro de execução, execução imperfeita, mora na execução, inadimplemento contratual ou não veracidade das informações prestadas, a Contratada estará sujeita às sanções administrativas previstas em Lei n.º 14.133/2021.
- 14.1.2. Deverão ser calculados 20% sobre a parcela descumprida do contrato em caso de inexecução;



Av. Um, nº 106 - Centro - Itirapina - SP - CEP. 13530-000 CNPJ: 46.313.714/0001-50 - Inscr. Estadual: Isenta. FONE (19) 3575-9000 Proc. Adm. n°776/2024

Fls.

- 14.2. De acordo com a Lei 14.133/2021, a multa poderá ser de até 30% do valor do contrato licitado, Art. 156 serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:14.2.1. Advertência;
- 14.2.1. Multa:
- 14.2.2. Impedimento de licitar e contratar;
- 14.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 14.3. A sanção prevista no inciso II do caput deste artigo, calculada na forma do edital ou do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 desta Lei.
- 14.4. Será analisada pelo órgão público a gravidade da infração para aplicação de multa, neste caso, se houver a multa, será concedido o prazo de defesa de 15 dias de acordo com o Art. 157 "Na aplicação da sanção prevista no inciso II do caput do art. 156 desta Lei, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação".

## 15. DO INÍCIO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

- 15.1. Os serviços serão solicitados exclusivamente mediante a Ordem de serviço.
- 15.1. Os serviços serão agendados conforme ordem à gestora do contrato, de acordo subitem **5.2** deste termo.

## 16. DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

16.1. As despesas decorrentes desta aquisição, correrão por conta das dotações abaixo:

16.1.1. Função Programática do Ensino Fundamental: 12.361.9038.2.112

Categoria Econômica: 33.90.30.00

Ficha: 78 Fonte: 5

Código de aplicação: 282.0001

**16.1.2.** Função Programática do Ensino Fundamental: 12.361.9038.2.112

Categoria Econômica: 33.90.30.00

Ficha: 77 Fonte: 1

Código de aplicação: 22.00000

**16.1.3.** Função Programática do Ensino Infantil - Creche: 12.365.9039.2.158

Categoria Econômica: 33.90.30.00

Ficha: 702



Av. Um, nº 106 - Centro - Itirapina - SP - CEP. 13530-000 CNPJ: 46.313.714/0001-50 - Inscr. Estadual: Isenta. FONE (19) 3575-9000 Proc. Adm. n°776/2024

Fls.

Fonte: 1

Código de aplicação: 21.20000

**16.1.4.** Função Programática do Ensino Infantil – Pré Escola:

12.365.9039.2.159

Categoria Econômica: 33.90.30.00

Ficha: 710 Fonte: 1

Código de aplicação: 21.30000

16.1.5. Função Programática da Secretaria da Educação: 12.122.9009.2.141

Categoria Econômica: 33.90.30.00

Ficha: 69 Fonte: 1

Código de aplicação: 22.00000

16.1.6. Função Programática da Secretaria da Educação: 12.122.9009.2.141

Categoria Econômica: 33.90.30.00

Ficha: 71 Fonte: 1

Código de aplicação: 22.00000

16.1.7. Função Programática da Divisão de Cultura: 13.392.9042.2.154

Categoria Econômica: 33.90.30.00

Ficha: 597 Fonte: 1

Código de aplicação: 11.00000

16.1.8. Função Programática da Divisão de Cultura: 13.392.9042.2.154

Categoria Econômica: 33.90.30.00

Ficha: 599 Fonte: 1

Código de aplicação: 11.00000.

16.2. Fichas Secretaria da Administração:

16.2.1. Função Programática da Divisão de Cultura: 04.122.9003.2.103

Categoria Econômica: 33.90.30.00

Ficha: 15 Fonte: 1



Av. Um, nº 106 - Centro - Itirapina - SP - CEP. 13530-000 CNPJ: 46.313.714/0001-50 - Inscr. Estadual: Isenta. FONE (19) 3575-9000

Proc. Adm. n°776/2024

Fls.

Código de aplicação: 11.00000.

**16.2.2**. Função Programática da Divisão de Cultura: 04.122.9003.2.103

Categoria Econômica: 33.90.39.00

Ficha: 18 Fonte: 1

Código de aplicação: 1100000.

## 17. DA RESPONSABILIDADE, OBRIGAÇÃO E DIREITOS DA CONTRATADA

- 17.1. Manter em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação.
- 17.2. Não terceirizar ou sublocar o objeto da presente licitação.
- 17.3. Responsabilizar-se pelas práticas da mesma, assim como das consequências que derivem do seu não cumprimento.
- 17.4. Arcar com todas as responsabilidades decorrentes do objeto licitado, nos termos do código civil e do código de defesa e proteção do consumidor.
- 17.5. Responsabilizar-se por quaisquer danos causados ao município ou a terceiros em decorrência da execução do objeto desta licitação.
- 17.6. O prazo para sanar os problemas caso ocorram será de 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de rescisão do contrato e aplicação das sanções cabíveis. 17.7. Responsabilizar-se integralmente pelo pagamento em dia de salários, encargos, impostos e demais despesas decorrentes da execução do objeto do presente contrato.
- 17.8. Responsabilizar-se por todos os acidentes de trabalho, doenças ocupacionais, observando as normas de Segurança, Higiene e Medicina do Trabalho, conforme a legislação vigente, relacionadas às pessoas por elas empregadas, direta ou indiretamente para a execução do objeto contratual.
- 17.9. Manter a contratante integralmente indene de qualquer responsabilidade, custos, despesas ou ônus, inclusive procedimentos judiciais, administrativos, notificações, danos à imagem etc, decorrentes de qualquer violação ou infração a quaisquer deveres, inclusive relativos à Segurança e Medicina do Trabalho, que venha a ser alegada em função do fornecimento dos serviços.
- 17.10. Todos os produtos e materiais necessários à execução dos serviços ficarão sob a quarda e responsabilidade da Contratada;
- 17.11. Responsabilizar-se por todo e qualquer dano, que venha a sofrer em razão de negligência de seus funcionários;
- 17.12. A Contratada deverá emitir declaração de execução dos serviços para cada unidade local, devidamente assinada pelo responsável do local, que deverá ser entregue juntamente com a (s) nota (s) fiscal de prestação de serviços. Ressaltamos que ao emitir a (s) nota (s) fiscal a Contratada deverá entrar em contato com a Secretaria requisitante, para que a mesmo oriente na emissão das (s) notas.
- 17.13. A Contratada deverá dar garantia dos serviços prestados, utilizar produtos com registro no Ministério da Saúde, e atender as exigências e normas, inclusive de segurança e ambientais, quando instituídas pelas Agências e Órgãos Oficiais reguladores e/ou fiscalizadores;



Av. Um, n° 106 - Centro - Itirapina - SP - CEP. 13530-000 CNPJ: 46.313.714/0001-50 - Inscr. Estadual: Isenta. FONE (19) 3575-9000 Proc. Adm. n°776/2024

Fls.

- 17.14. Os funcionários da Contratada deverão apresentar-se, ao local da execução devidamente uniformizados e com equipamentos de proteção individual (EPI) adequados para o desempenho das atividades;
- 17.15. A Contratada assumirá total responsabilidade pela execução e cumprimento dos prazos e garantias do Contrato;
- 17.16. A Contratada deverá garantir a qualidade dos materiais e mão-de-obra empregados na execução dos serviços;
- 17.17. A Contratada deverá agendar visita, conforme subitem 5.2 deste termo previamente, aos locais onde serão executados os serviços e no menor prazo apresentar uma programação na qual deverá constar: a) Cronograma físico da execução dos serviços, conter hora e datas agendadas e o cumprimento dos prazos pré-fixados e acordados com a Administração;
- 17.18. A empresa deverá emitir selo da execução dos serviços para cada Unidade Escolar e os demais locais da Secretaria Municipal da Educação e Cultura, de acordo com o **subitem 9.4. no que se referente aos lotes 1, 4 e 5**, ao término do serviço, que deverá ser anexado ao produto, no qual deverá constar, a data da realização do serviço, bem como a data de validade.

#### 18. OBRIGAÇÃO DA CONTRATADA REFERENTES ÀS NOTAS FISCAIS

- 18.1. A Empresa Contratada compromete-se a emitir as notas fiscais correspondentes aos serviços ou produtos contratados em conformidade com a legislação tributária vigente.
- 18.2. As notas fiscais emitidas pela Empresa Contratada deverão conter todas as informações obrigatórias exigidas pela legislação, incluindo, mas não se limitando a: nome ou razão social da Empresa Contratada, CNPJ, endereço, descrição detalhada dos serviços ou produtos prestados, valor unitário, valor total, impostos incidentes impostos incidentes (porcentagem da alíquota e valor da Retenção do IRRF), data de emissão, entre outras.
- 18.3. A Empresa Contratada fica responsável por enviar as notas fiscais à contratante dentro do prazo estabelecido em contrato, observando as datas de vencimentos e periodicidade acordadas.
- 18.4. É de responsabilidade da Empresa Contratada a correta emissão e escrituração das notas fiscais, bem como o recolhimento dos impostos devidos aos órgãos competentes nos prazos estabelecidos pela legislação fiscal.
- 18.5. Caso haja qualquer irregularidade nas notas fiscais emitidas pela Empresa Contratada ou descumprimento das obrigações tributárias, a contratante reserva-se o direito de rejeitar as notas fiscais, solicitar a correção ou retificação desses documentos, bem como tomar as medidas legais cabíveis para proteger seus interesses.
- 18.6. A Empresa Contratada deverá disponibilizar à contratante todas as informações e documentos relacionados às notas fiscais emitidas quando solicitado, visando garantir a transparência e o cumprimento das obrigações fiscais.
- 18.7. Qualquer alteração nas notas fiscais emitidas pela Empresa Contratada após a entrega à contratante deverá ser devidamente comunicada e justificada por escrito, para ciência e concordância da contratante.



Av. Um, nº 106 - Centro - Itirapina - SP - CEP. 13530-000 CNPJ: 46.313.714/0001-50 - Inscr. Estadual: Isenta. FONE (19) 3575-9000

Proc. Adm. n°776/2024

Fls.

- 18.8. A Empresa Contratada assume total responsabilidade por eventuais autuações fiscais relacionadas às notas fiscais emitidas, isentando a contratante de qualquer responsabilidade nesse sentido.
- 18.9. A Empresa Contratada deverá tratar e proteger adequadamente as informações contidas nas notas fiscais, mantendo o sigilo das informações sensíveis da contratante.
- 18.10. Em caso de descumprimento das obrigações relacionadas às notas fiscais, a contratante reserva-se o direito de rescindir o contrato e tomar as medidas legais necessárias para resguardar seus direitos.
- 18.11. Todas as notas fiscais deverão constar data de vencimento, de acordo com o contrato.

#### 19. DA RESPONSABILIDADE, OBRIGAÇÃO E DIREITOS DA CONTRATANTE

- 19.1. Realizar o pagamento de acordo com o valor e forma de pagamento ajustado.
- 19.2. Receber os materiais e serviços, respeitando as características exigidas em edital, e sendo necessário, determinar todas as correções que forem necessárias e compatíveis com o objeto do presente instrumento.
- 19.3. Fiscalizar a execução e cumprimento dos termos solicitados no edital da presente licitação.
- 19.4. Reter na fonte os impostos atinentes às legislações vigentes.
- 19.5. A Contratante deverá efetuar o pagamento de acordo com o estipulado em contrato;
- 19.6. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do contrato, devendo ser exercidos pelos fiscais do mesmo.
- 19.7. Proporcionar todas as facilidades para que a CONTRATADA possa cumprir suas obrigações dentro das normas e condições deste processo;
- 19.8. Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços ora prestados em desacordo com as obrigações assumidas pela CONTRATADA, e com as especificações deste CONTRATO, Edital e seus anexos.
- 20. Da gestão e fiscalização
- 20.1. Fica designada a servidora **Prof**<sup>a</sup> **Valéria Maria Feltrin Sanches, Secretária Municipal da Educação e Cultura, como gestora deste contrato,** para acompanhar e controlar a execução do presente termo.
- 20.2. Ficam designados **os fiscais** para acompanhar e fiscalizar a execução deste termo, **os Diretores responsáveis por cada unidade escolar e o Secretário Adjunto por parte do Anfiteatro Municipal e demais dependências pertencente à Cultura,** conforme cada local indicado respectivamente, descrito em quadro abaixo:

Local	Responsável	Endereço	Telefone
Secretaria Municipal da Educação e Cultura	Prof <sup>a</sup> Valéria Maria Feltrin Sanches (Secretária Municipal da Educação e Cultura)	IRTIA D4 467 - Centro	(19) 3575-4008 / 4070
Anfiteatro Municipal "Monsenhor José Maria Fructuoso Braga"	Rodrigo Gemignani Rubio (Secretário Adjunto)	Rua 05, 195 - Centro	(19) 3575-1852
EMEF "José Cruz"		Rua 06, 58, Centro, Itirapina/SP	(19) 3575-1391



Av. Um, nº 106 - Centro - Itirapina - SP - CEP. 13530-000 CNPJ: 46.313.714/0001-50 - Inscr. Estadual: Isenta. FONE (19) 3575-9000

Proc. Adm. n°776/2024

EMEFI Prof <sup>a</sup> "Aracy Leal Bernardi"	ISIC3	Rua Ceci nº 44 - Jardim Nova Itirapina – Itirapina/SP	(19) 3575-1867
EMEF Prof <sup>a</sup> "Marilei Schmidt de Oliveira	Anderson Afonso da Silva Diretor Escolar	Rua Cataguases, nº 57- Jardim Nova Itirapina- Itirapina/SP	(19) 3575-2535
CEI Prof <sup>a</sup> "Dulce de Faria Martins Migliorini"	Nathália Gonçalves de Lara Diretor Escolar	Rua Jaraguaçu, nº 580 - Jardim Nova Itirapina – Itirapina/SP	(19) 3575- 3846
Creche Municipal "Ana Cândida Rossler"	K-OncalVAS	Rua Jurupari, 292 - Jardim Nova Itirapina – Itirapina/SP	(19) 3575 - 1983
CEI Prof <sup>a</sup> "Hilda Barros"	II lige (I liratora Fecolar)	Rua 03, 150 – Jardim dos Eucaliptos	(19) 3575- 4077
EMEI Prof <sup>a</sup> "Eneida Cário Cornachioni"	Rodrigo Taconelli (Diretor Escolar)	Rua 04, 152 - Centro	(19) 3575- 2435
CRECHE ESCOLA PROF.ª "SIMONE DE LIMA"	Lilian Santana (Diretor Escolar)	RUA DYONISIO GOBBI, 55, JARDIM GOBBI	(19)3575-3027

Av. Um, nº 106 - Centro - Itirapina - SP - CEP. 13530-000 CNPJ: 46.313.714/0001-50 - Inscr. Estadual: Isenta. FONE (19) 3575-9000 Proc. Adm. n°776/2024

Fls.

#### **ANEXO II**

#### **MODELO DE PLANILHA DE PROPOSTA**

OBS: cada Unidade Compradora deverá adaptar este modelo às suas necessidades, de acordo com as opções exercidas no Anexo I - Termo de Referência. Por isso, a edição também é livre neste Anexo II.

LOTE 01				
ITEM	MATERIAL	QUANTIDADE (UNIDADE DE FORNECIMENTO)	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL DO ITEM
01				
02				
03				
()				

- Validade da proposta: 60 (sessenta) dias

Av. Um, nº 106 - Centro - Itirapina - SP - CEP. 13530-000 CNPJ: 46.313.714/0001-50 - Inscr. Estadual: Isenta. FONE (19) 3575-9000 Proc. Adm. n°776/2024

Fls.

# ANEXO III MODELOS DE DECLARAÇÕES

#### **ANEXO III.1**

#### MODELO A QUE SE REFERE O ITEM 4.1.4.1. DO EDITAL

(em papel timbrado da licitante)

Nome completo:
CPF nº:
<b>DECLARO,</b> sob as penas da Lei, que o licitante (nome empresarial), interessado em participar do Pregão Eletrônico nº/, Processo nº
/:
a) está em situação regular perante o Ministério do Trabalho e Emprego no que se refere a observância do disposto no inciso XXXIII do artigo 7.º da Constituição Federal, na forma do
Decreto Estadual nº 42.911/1998;
b) não se enquadra em nenhuma das vedações de participação na licitação do item 2.2 deste Edital;
c) não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do artigo 1º e no inciso III do artigo 5º da Constituição Federal.
(Local e data).
(Nome/assinatura do representante legal)



Av. Um, nº 106 - Centro - Itirapina - SP - CEP. 13530-000 CNPJ: 46.313.714/0001-50 - Inscr. Estadual: Isenta. FONE (19) 3575-9000 Proc. Adm. n°776/2024

Fls.

#### **ANEXO III.2**

## DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA E ATUAÇÃO CONFORME AO MARCO LEGAL ANTICORRUPÇÃO

(em papel timbrado da licitante)

Eu,	, portador do CPF nº,
representante legal do licitante	(nome empresarial),
interessado em participar do Pregão	Eletrônico nº/, Processo n°/,
DECLARO, sob as penas da Lei, espec	cialmente o artigo 299 do Código Penal Brasileiro,
que:	

- a) a proposta apresentada foi elaborada de maneira independente e o seu conteúdo não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado ou discutido com qualquer outro licitante ou interessado, em potencial ou de fato, no presente procedimento licitatório;
- b) a intenção de apresentar a proposta não foi informada ou discutida com qualquer outro licitante ou interessado, em potencial ou de fato, no presente procedimento licitatório;
- c) o licitante não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro licitante ou interessado, em potencial ou de fato, no presente procedimento licitatório;
- d) o conteúdo da proposta apresentada não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro licitante ou interessado, em potencial ou de fato, no presente procedimento licitatório antes da adjudicação do objeto;
- e) o conteúdo da proposta apresentada não foi, no todo ou em parte, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante relacionado, direta ou indiretamente, ao órgão licitante antes da abertura oficial das propostas; e
- f) o representante legal do licitante está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

**DECLARO**, ainda, que a pessoa jurídica que represento conduz seus negócios de forma a coibir fraudes, corrupção e a prática de quaisquer outros atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, em atendimento à Lei Federal nº 12.846/ 2013, tais como:



Av. Um, nº 106 - Centro - Itirapina - SP - CEP. 13530-000 CNPJ: 46.313.714/0001-50 - Inscr. Estadual: Isenta. FONE (19) 3575-9000 Proc. Adm. n°776/2024

Fls.

- I Prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público, ou a terceira pessoa a ele relacionada;
- II Comprovadamente, financiar, custear, patrocinar ou de qualquer modo subvencionar a prática dos atos ilícitos previstos em Lei;
- III comprovadamente, utilizar-se de interposta pessoa física ou jurídica para ocultar ou dissimular seus reais interesses ou a identidade dos beneficiários dos atos praticados;
- IV No tocante a licitações e contratos:
  - a) frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público;
  - b) impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público;
  - c) afastar ou procurar afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;
  - d) fraudar licitação pública ou contrato dela decorrente;
  - e) criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo;
  - f) obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais; ou
  - g) manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública;
- V Dificultar atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos, ou intervir em sua atuação, inclusive no âmbito das agências reguladoras e dos órgãos de fiscalização do sistema financeiro nacional.

(Local e data).

(Nome/assinatura do representante legal)

Av. Um, nº 106 - Centro - Itirapina - SP - CEP. 13530-000 CNPJ: 46.313.714/0001-50 - Inscr. Estadual: Isenta. FONE (19) 3575-9000 Proc. Adm. n°776/2024

Fls.

#### **ANEXO III.3**

## DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

(em papel timbrado da licitante)

ATENÇÃO: ESTA DECLARAÇÃO DEVE SER APRESENTADA APENAS POR LICITANTES QUE SEJAM ME/EPP, NOS TERMOS DO ITEM 4.1.4.3. DO EDITAL.

Eu,, p	oortador do CPF nº,
representante legal do licitante	(nome empresarial),
interessado em participar do Pregão Eletrônico	o nº/, Processo nº/,
DECLARO, sob as penas da Lei, o seu enquadran	nento na condição de Microempresa ou
Empresa de Pequeno Porte, nos critérios previst	os no artigo 3º da Lei Complementar
Federal nº 123/2006, bem como sua não inclusã	io nas vedações previstas no mesmo
diploma legal.	
(Local e data	).
(Nome/assinatura do repre	 sentante legal)

Av. Um, nº 106 - Centro - Itirapina - SP - CEP. 13530-000 CNPJ: 46.313.714/0001-50 - Inscr. Estadual: Isenta. FONE (19) 3575-9000 Proc. Adm. n°776/2024

Fls.

#### **ANEXO III.4**

DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO COOPERATIVA QUE PREENCHA AS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO ART. 34, DA LEI FEDERAL № 11.488/2007 (em papel timbrado da licitante)

ATENÇÃO: ESTA DECLARAÇÃO DEVE SER APRESENTADA APENAS POR LICITANTES QUE SEJAM COOPERATIVAS, NOS TERMOS DO ITEM 4.1.4.5 DO EDITAL.

Eu,, portador do CPF nº,
representante legal do licitante (nome empresarial),
interessado em participar do Pregão Eletrônico nº/, Processo nº/,
DECLARO, sob as penas da Lei, que:
a) O Estatuto Social da cooperativa encontra-se adequado à Lei Federal nº
12.690/2012;
b) A cooperativa aufere Receita Bruta até o limite definido no inciso II do caput do art.
3º da Lei Complementar Federal nº 123/2006, a ser comprovado mediante
Demonstração do Resultado do Exercício ou documento equivalente;
(Local e data).
(Nome/assinatura do representante legal)

Av. Um, nº 106 - Centro - Itirapina - SP - CEP. 13530-000 CNPJ: 46.313.714/0001-50 - Inscr. Estadual: Isenta. FONE (19) 3575-9000 Proc. Adm. n°776/2024

Fls.

#### **ANEXO IV**

## ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Ao Pregoeiro da Prefeitura Municipal de Itirapina

Referente ao Edital de Licitação Pregão Eletrônico/2024.
O Município de, / e ou Empresa
Local e data

Nome e assinatura e Carimbo do representante legal do município / ou empresa



Av. Um, nº 106 - Centro - Itirapina - SP - CEP. 13530-000 CNPJ: 46.313.714/0001-50 - Inscr. Estadual: Isenta. FONE (19) 3575-9000 Proc. Adm. n°776/2024

Fls.

#### **ANEXO V**

#### **DADOS CONTRATUAIS**

#### DADOS DO RESPONSÁVEL PELA ASSINATURA DO CONTRATO

Nome:
Profissão/ Cargo:
Estado Civil:
Naturalidade:
RG n°
CPF n°
Data de Nascimento:
Endereço Residencial:
E-mail Institucional:
E-mail Pessoal:
Telefone:
(Caso não seja o sócio ou proprietário que irá assinar o contrato deverá anexar também a procuração)
(Local e data).
(Nome/assinatura do representante legal)

Av. Um, nº 106 - Centro - Itirapina - SP - CEP. 13530-000 CNPJ: 46.313.714/0001-50 - Inscr. Estadual: Isenta. FONE (19) 3575-9000 Proc. Adm. n°776/2024

Fls.

#### **ANEXO VI**

#### MINUTA DE TERMO DE CONTRATO N° 0XX/2024

Processo Prefeitura Municipal de Itirapina n.º 776/2024 Pregão Eletrônico nº 0xx/2024

O MUNICÍPIO DE ITIRAPINA, pessoa jurídica de direito público interno, sediado na
Prefeitura Municipal de Itirapina, sita à Avenida 01, nº 106, centro, Município de Itirapina,
Estado de São Paulo, na qualidade de órgão gerenciador, neste ato representado pela
Prefeita Municipal, a Prof.ª MARIA DA GRAÇA ZUCCHI MORAES, brasileira, casada,
professora, portadora do RG nº x.xxx.xxx-x e CPF nº xxx.xxx.xxx-xx, domiciliada à Rua 06,
nº 389, Centro, Município de Itirapina, Estado de São Paulo, CEP 13530-000, doravante
denominado CONTRATANTE, e a empresa sito à, nº,
Bairro, município de, Estado de, CEP
, telefones, inscrita no CNPJ sob o nº,
Inscrição Estadual, neste ato representado por,
(qualificação completa), residente e domiciliado à, nº, Bairro
, município de, Estado de, CEP,
telefones, doravante denominada CONTRATADA, ambos acordam proceder,
nos termos da Lei Federal nº14.133/2021, com alteração introduzida; Decreto Municipal nº
3.711, de 12 de abril de 2021 e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie e ao
Edital do Pregão Eletrônico nº 0XX/2024, parte integrante do presente instrumento,
conforme descrição do objeto e proposta de preço, constantes nos anexos que
acompanham o edital, mediante condições e cláusulas a seguir estabelecidas:
1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
1.1. Constitui objeto do presente instrumento contratação de empresas especializadas na prestação de serviço recarga e manutenção de extintores de incêndio e testes de estanqueidade, mantendo os extintores abastecidos, com as respectivas cargas dentro da validade e prontos para o uso, em caso de necessidade, para o combate de princípios de incêndios, visando garantir a segurança de todo o departamento pertencente à Secretaria Municipal de Educação e Cultura, conforme especificações técnicas e operacionais.
<b>1.2.</b> Deverão ser respeitadas todas as especificações técnicas e as demais condições de fornecimento contidas no Termo de Referência que figurou como <b>Anexo I</b> do Edital que precedeu esta Ata e que dela fica fazendo parte integrante.
2. CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA
2.1. O prazo de vigência do presente ajuste será de 12 (doze) meses, com início em// e término em//, podendo ser prorrogado mediante a celebração de



Av. Um, nº 106 - Centro - Itirapina - SP - CEP. 13530-000 CNPJ: 46.313.714/0001-50 - Inscr. Estadual: Isenta. FONE (19) 3575-9000 Proc. Adm. n°776/2024

Fls.

Termo Aditivo nas hipóteses previstas no artigo 107 da Lei Federal nº14.133/2021, mediante justificativa prévia e por escrito nos autos do processo administrativo.

**2.2.** O valor do contrato poderá ser reajustado anualmente com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), ou por outro índice oficial que venha a substituí-lo.

#### 3. CLAUSULA TERCEIRA - DOS PREÇOS

3.1. Lote 01:				
3.1.1. Valor Total	do Lote R\$			
3.2. Lote 02:				
3.2.1. Valor Total	do Lote R\$			
3.3. Lote 03:				
<b>3.3.1.</b> Valor Total	do Lote R\$			
3.4. Lote 04:	T	Г	Г	
3.4.1. Valor Total	do Lote R\$			
				,
	da presente contra			
	•	açao são vinculado	os a proposta com	ercial vencedora do
certame na moda	alidade pregão.			

#### 4. CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 4.1. Manter em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação.
- 4.2. Não terceirizar ou sublocar o objeto da presente licitação.
- 4.3. Responsabilizar-se pelas práticas da mesma, assim como das consequências que derivem do seu não cumprimento.
- 4.4. Arcar com todas as responsabilidades decorrentes do objeto licitado, nos termos do código civil e do código de defesa e proteção do consumidor.
- 4.5. Responsabilizar-se por quaisquer danos causados ao município ou a terceiros em decorrência da execução do objeto desta licitação.
- 4.6. O prazo para sanar os problemas caso ocorram será de 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de rescisão do contrato e aplicação das sanções cabíveis. 17.7. Responsabilizar-se integralmente pelo pagamento em dia de salários, encargos, impostos e demais despesas decorrentes da execução do objeto do presente contrato.
- 4.7. Responsabilizar-se por todos os acidentes de trabalho, doenças ocupacionais, observando as normas de Segurança, Higiene e Medicina do Trabalho, conforme a legislação vigente, relacionadas às pessoas por elas empregadas, direta ou indiretamente para a execução do objeto contratual.



Av. Um, nº 106 - Centro - Itirapina - SP - CEP. 13530-000 CNPJ: 46.313.714/0001-50 - Inscr. Estadual: Isenta. FONE (19) 3575-9000 Proc. Adm. n°776/2024

- 4.8. Manter a contratante integralmente indene de qualquer responsabilidade, custos, despesas ou ônus, inclusive procedimentos judiciais, administrativos, notificações, danos à imagem etc, decorrentes de qualquer violação ou infração a quaisquer deveres, inclusive relativos à Segurança e Medicina do Trabalho, que venha a ser alegada em função do fornecimento dos serviços.
- 4.9. Todos os produtos e materiais necessários à execução dos serviços ficarão sob a quarda e responsabilidade da Contratada;
- 4.10. Responsabilizar-se por todo e qualquer dano, que venha a sofrer em razão de negligência de seus funcionários;
- 4.11. A Contratada deverá emitir declaração de execução dos serviços para cada unidade local, devidamente assinada pelo responsável do local, que deverá ser entregue juntamente com a (s) nota (s) fiscal de prestação de serviços. Ressaltamos que ao emitir a (s) nota (s) fiscal a Contratada deverá entrar em contato com a Secretaria requisitante, para que a mesma oriente na emissão das (s) notas.
- 4.12. A Contratada deverá dar garantia dos serviços prestados, utilizar produtos com registro no Ministério da Saúde, e atender as exigências e normas, inclusive de segurança e ambientais, quando instituídas pelas Agências e Órgãos Oficiais reguladores e/ou fiscalizadores:
- 4.13. Os funcionários da Contratada deverão apresentar-se, ao local da execução devidamente uniformizados e com equipamentos de proteção individual (EPI) adequados para o desempenho das atividades:
- 4.14. A Contratada assumirá total responsabilidade pela execução e cumprimento dos prazos e garantias do Contrato;
- 4.15. A Contratada deverá garantir a qualidade dos materiais e mão-de-obra empregados na execução dos serviços;
- 4.16. A Contratada deverá agendar visita, conforme subitem 5.2 deste termo previamente, aos locais onde serão executados os serviços e no menor prazo apresentar uma programação na qual deverá constar: a) Cronograma físico da execução dos serviços, conter hora e datas agendadas e o cumprimento dos prazos pré-fixados e acordados com a Administração;
- 4.17. A empresa deverá emitir selo da execução dos serviços para cada Unidade Escolar e os demais locais da Secretaria Municipal da Educação e Cultura, de acordo com o com o que se referente aos lotes 1, 4 e 5, ao término do serviço, que deverá ser anexado ao produto, no qual deverá constar, a data da realização do serviço, bem como a data de validade.
- 4.18. A Empresa Contratada compromete-se a emitir as notas fiscais correspondentes aos serviços ou produtos contratados em conformidade com a legislação tributária vigente.
- 4.19. As notas fiscais emitidas pela Empresa Contratada deverão conter todas as informações obrigatórias exigidas pela legislação, incluindo, mas não se limitando a: nome ou razão social da Empresa Contratada, CNPJ, endereço, descrição detalhada dos serviços ou produtos prestados, valor unitário, valor total, impostos incidentes impostos incidentes (porcentagem da alíquota e valor da Retenção do IRRF), data de emissão, entre outras.
- 4.20. A Empresa Contratada fica responsável por enviar as notas fiscais à contratante dentro do prazo estabelecido em contrato, observando as datas de vencimentos e periodicidade acordadas.
- 4.21. É de responsabilidade da Empresa Contratada a correta emissão e escrituração das notas fiscais, bem como o recolhimento dos impostos devidos aos órgãos competentes nos prazos estabelecidos pela legislação fiscal.
- 4.22. Caso haja qualquer irregularidade nas notas fiscais emitidas pela Empresa Contratada ou descumprimento das obrigações tributárias, a contratante reserva-se o



Av. Um, nº 106 - Centro - Itirapina - SP - CEP. 13530-000 CNPJ: 46.313.714/0001-50 - Inscr. Estadual: Isenta. FONE (19) 3575-9000 Proc. Adm. n°776/2024

Fls.

direito de rejeitar as notas fiscais, solicitar a correção ou retificação desses documentos, bem como tomar as medidas legais cabíveis para proteger seus interesses.

- 4.23. A Empresa Contratada deverá disponibilizar à contratante todas as informações e documentos relacionados às notas fiscais emitidas quando solicitado, visando garantir a transparência e o cumprimento das obrigações fiscais.
- 4.24. Qualquer alteração nas notas fiscais emitidas pela Empresa Contratada após a entrega à contratante deverá ser devidamente comunicada e justificada por escrito, para ciência e concordância da contratante.
- 4.25. A Empresa Contratada assume total responsabilidade por eventuais autuações fiscais relacionadas às notas fiscais emitidas, isentando a contratante de qualquer responsabilidade nesse sentido.
- 4.26. A Empresa Contratada deverá tratar e proteger adequadamente as informações contidas nas notas fiscais, mantendo o sigilo das informações sensíveis da contratante.
- 4.27. Em caso de descumprimento das obrigações relacionadas às notas fiscais, a contratante reserva-se o direito de rescindir o contrato e tomar as medidas legais necessárias para resquardar seus direitos.
- 4.28. Todas as notas fiscais deverão constar data de vencimento, de acordo com o contrato.

## 5. CLÁUSULA QUINTA - DA EXECUÇÃO, FORNECIEMTNO, INSTALAÇÃO E ENSAIO

- **5.1.** A execução dos referentes serviços, compreende a retirada, a entrega dos extintores de incêndio, o fornecimento do material necessário para recarga, manutenção de segundo nível, os testes hidrostáticos e a reposição de peças caso necessário, tais como: válvula, mangueiras, difusores, manômetros, lacre, selo, pintura, rótulo de instruções.
- **5.2.** Os equipamentos que por ventura não tiverem condições de serem recarregados deverão ser devolvidos com o respectivo laudo, explicitando os motivos pelos quais não pode ser recarregado.
- **5.3.** A contratada deverá retirar os extintores que serão recarregados, no prazo de 05 (cinco) dias úteis após o recebimento da respectiva Nota de Empenho.
- **5.4.** A recarga e manutenção dos extintores deverão ser executados na empresa contratada, que deverá dispor de um adequado, de todas as ferramentas, equipamentos, acessórios e EPIs necessários à sua perfeita execução, bem como devidamente qualificados.
- **5.5.** Durante a execução da recarga, a contratada deverá fornecer e instalar extintores substitutos para cada extintor retirado, com as mesmas características e a mesma capacidade de combate de incêndio, que esteja válido, carregado e com identificação do fornecedor, para suprir eventual situação de emergência e manter as condições de segurança e prevenção de incêndio nas dependências nos quais estão instalados, sem ônus para o contratante.
- **5.6.** No momento da retirada dos extintores para recarga e manutenção, será lavrado "Termo de Retirada" que será assinado por representantes do contratante e da contratada, contendo local que o mesmo pertence, data da retirada, quantidade, tipo de extintor e carga.
- **5.7.** A contratada deverá devolver os extintores prontos, devidamente recuperados e recarregados, em plenas condições de uso, no prazo de 15 (quinze) dias úteis após a data da retirada dos extintores, formalizada por meio do "Termo de retirada", diretamente no local onde foi retirado.



Av. Um, nº 106 - Centro - Itirapina - SP - CEP. 13530-000 CNPJ: 46.313.714/0001-50 - Inscr. Estadual: Isenta. FONE (19) 3575-9000 Proc. Adm. n°776/2024

- **5.8.** O prazo estipulado no subitem 5.7, poderá ser prorrogado, uma única vez, pelo período de 10 (dez) dias úteis, mediante solicitação formal da contratada, devidamente justificada e posterior aceitação da contratante.
- **5.9.** Após a realização da recarga, a contratada deverá providenciar a colocação de etiqueta de identificação no extintor, em material impermeável, contendo as seguintes informações básicas: tipos de carga, capacidade, número do extintor, data (mês) da carga, data (mês) da próxima recarga e data (ano) do teste hidrostático.
- **5.10.** Caso o extintor não necessite da troca de peças, a empresa deverá efetuar somente a cobrança da recarga.
- **5.11.** A recarga de extintores, as manutenções e trocas de peças necessárias, bem como a retirada, o transporte e a devolução dos equipamentos correrão por exclusiva conta da contratada.
- **5.12.** Nos casos que o extintor necessite da troca de eventuais peças, a contratada deverá apresentar a relação de itens trocados de cada extintor.
- **5.13.** Para fins de aquisição de itens
- **5.13.1.**Os modelos de extintores que deverão ser <u>recarregados</u> são os que seguem em subitem abaixo e os locais nos quais serão instalados se encontram em item 10.1., e seus respectivos subitens:
- 5.13.2.Modelo: EXTINTOR PQS 4KG ABC (PP04) Extintor portátil de pressurização direta, com carga de pó químico seco ABC, fabricado conforme ABNT NBR 15808:2010 em chapa de aço carbono. Destinado ao combate de princípios de incêndio das Classes A (Resíduos Sólidos), B (Líquidos inflamáveis), C (equipamentos Elétricos), com pressão de trabalho de 10,5 Kgf./cm2. Recipiente fabricado a partir de chapa plana de aço, calandrada com tampa e fundo estampada a frio, soldados pelo processo MIG. Pintado pelo processo eletrostático com tinta em pó na cor vermelha. Mangueira em borracha com trama de nylon. Validade de carga: 01 ano; Validade do teste hidrostático: 05 anos; Peso da carga PQS 4kg. Capacidade extintora: 2-A:20-BC.
- **5.13.3.**Modelo: EXTINTOR PQS 4KG BC (PP04) Extintor portátil de pressurização direta, com carga de pó químico seco BC, fabricado conforme ABNT NBR 15808:2010 em chapa de aço carbono. Destinado ao combate de princípios de incêndio das B (Líquidos inflamáveis), C (equipamentos Elétricos), com pressão de trabalho de 10,5 Kgf./cm2. Recipiente fabricado a partir de chapa plana de aço, calandrada com tampa e fundo estampada a frio, soldados pelo processo MIG. Pintado pelo processo eletrostático com tinta em pó na cor vermelha. Mangueira em borracha com trama de nylon. Validade de carga: 01 ano; Validade do teste hidrostático: 05 anos; Peso da carga PQS 4kg. Capacidade extintora: 20-B:C.
- **5.13.4.**Modelo: EXTINTOR CO2 6KG (CO2 6KG) Extintor portátil com 06 Kg de Dióxido de Carbono (CO²). Fabricado a partir de aço carbono sem costuma SAE 1541 médio Manganês, tratados termicamente por Normalização. Com pintura vermelha aplicada por processo eletrostático e rotulação adesiva em vinil transparente. Mangote de borracha com reforço em trama de aço e difusor injetado em Polietileno com haste de aterramento. Validade de carga: 01 ano; Validade do teste hidrostático: 05 anos; Capacidade extintora 5-B:C.
- **5.13.5.**Modelo: EXTINTOR PQS 6KG BC (PP06) Extintor portátil de pressurização direta, com carga de pó químico seco BC, fabricado conforme ABNT NBR 15808:2010 em chapa de aço carbono. Destinado ao combate de princípios de incêndio das B (Líquidos inflamáveis), C (equipamentos Elétricos), com pressão de trabalho de 10,5 Kgf./cm2. Recipiente fabricado a partir de chapa plana de aço, calandrada com tampa e fundo estampada a frio, soldados pelo processo MIG. Pintado pelo processo eletrostático com tinta em pó na cor vermelha. Mangueira em borracha com trama de nylon. Validade de carga: 01 ano; Validade do teste hidrostático: 05 anos; Capacidade extintora 5-B:C; Peso carga: PQS 6KG.



Av. Um, nº 106 - Centro - Itirapina - SP - CEP. 13530-000 CNPJ: 46.313.714/0001-50 - Inscr. Estadual: Isenta. FONE (19) 3575-9000 Proc. Adm. n°776/2024

- 5.13.6.Modelo: EXTINTOR DE ÁGUA PRESSURIZADA (AP) 10L Extintores do tipo água pressurizada são indicado para combater incêndio classe A, isto é, incêndios com origens de combustíveis sólidos como papel, madeira e tecidos. Uma vez que acionado, não apenas resfria esse tipo de material tornando sua temperatura inferior ao ponto de ignição, como também, a camada de água formada na superfície do material dificulta a propagação do fogo. No entanto, esse tipo de extintor nunca deve ser utilizado em equipamentos elétricos/energizados (classe C) e líquidos inflamáveis (classe B).; Capacidade de carga de água pressurizada 10L. Variação do volume hidráulico 150ML. Capacidade extintora: 2-A. Pressão do trabalho: 1MPA. Aditivo anticorrosivo antichama à base de amino-esteres: 1% 100ML em 10L de água potável.
- **5.13.7.Testes hidrostáticos -** Os testes hidrostáticos de extintores deverão ser realizados a cada 5 anos, em cilindros de alta e baixa pressão, conforme delimitações das normas NBR 12962, da ABNT e regulamentações do Inmetro. Estes testes fazem parte dos procedimentos de segurança. Para o cumprimento das normas de combate a incêndio e dispondo de toda a estrutura de equipamentos para tal, a avaliação periódica com o teste hidrostático de extintores é uma rotina que deve fazer parte das atividades de administração, gerenciamento de risco e zeladoria.
- **5.13.8.**Por meio do teste hidrostático que deverão ser realizados nos extintores de modelos: EXTINTOR PQS 4KG ABC, EXTINTOR PQS 4KG BC, EXTINTOR CO2 6KG, EXTINTOR PQS 6KG BC, EXTINTOR DE ÁGUA PRESSURIZADA (AP) 10L, poderão ser identificados: falhas no material do extintor, avaliação a corrosão conforme nível de tensão e alinhamento as propriedades mecânicas do equipamento.
- **5.14.** Para fins de teste de estanqueidade de itens referente ao Lote 5
- **5.14.1.**O teste de estanqueidade deverá ser realizado para garantir a seguridade de uma tubulação de gás, deverá ser realizado regularmente para prevenir incêndios e evitar vazamentos. Esse teste integra a NBR 15.571.
- **5.14.2.**Deverá ser emitido um laudo deste teste por um engenheiro mecânico. No laudo, deve constar a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART). Com isso, o profissional assume a responsabilidade pela segurança do sistema de gás. O teste deve ser feito a cada 12(doze) meses, pois, com o tempo, as instalações de gás sofrem com a deterioração, o que pode ocasionar os vazamentos.
- **5.14.3.**De acordo com a NBR 15.571, este teste apresenta alguns tópicos que deverão ser analisados:
- **5.14.4.**QUALIFICAÇÃO PESSOAL: o procedimento, a execução e a supervisão do ensaio devem ser feitos por um profissional qualificado;
- **5.14.5.**QUALIFICAÇÃO DO PROCEDIMENTO: o procedimento tem que seguir a norma especifica do produto e as evidências de qualificação precisam estar disponíveis ao contratante:
- **5.14.6.**PREPARAÇÃO E LIMPEZA DA SUPERFÍCIE: dependendo de alguns requisitos, como finalidade do ensaio, processo de fabricação do componente, sensibilidade requerida, uma ou duas técnicas de preparação da superfície podem ser utilizadas;
- **5.14.7.** ANÁLISE DE CONTAMINANTES: deve-se ficar atento em que tipo de material o ensaio será realizado, devido ao teor de contaminantes que certos materiais apresentam;
- **5.14.8.**ENSAIO VISUAL: deve ser feito de acordo ABNT NBR 315, antes do teste de estanqueidade:
- **5.14.9.**ILUMINAÇÃO: o ensaio deve ser realizado com uma iluminação de no mínimo 1.000 lux (luz visível) e no máximo 20 lux (fluorescente);
- **5.14.10.** LIMPEZA FINAL: após o ensaio, os materiais utilizados devem ser totalmente removidos e descartados corretamente:
- **5.14.11.** Ensaios de formação de bolhas com pressão positiva:
- **5.14.12.** MATERIAIS: Geralmente, o gás usado neste tipo de ensaio é o ar. Mas, gases inertes podem ser utilizados.



Av. Um, nº 106 - Centro - Itirapina - SP - CEP. 13530-000 CNPJ: 46.313.714/0001-50 - Inscr. Estadual: Isenta. FONE (19) 3575-9000 Proc. Adm. n°776/2024

Fls.

- **5.14.13.** APARELHAGEM: A escala do vacuômetro deve estar entre 1,0 kgf/cm² a 0 kgf/cm² (pressão relativa). O vacuômetro deve estar calibrado. A calibração precisa ser feita anualmente.
- **5.14.14.** PROCEDIMENTO: A execução de ser feita com uma sobreposição mínima de 100 mm. A pressão, no mínimo 0,14 kg/cm² abaixo da pressão atmosférica, com tempo mínimo inspecão de 10 s.
- **5.14.15.** Ensaios de formação de bolhas com pressão negativa:
- **5.14.16.** MATERIAIS: São os mesmos utilizados no ensaio de formação de bolhas com pressão positiva
- **5.14.17.** Aparelhagem: A escala do vacuômetro deve estar entre 1,0 kgf/cm² a 0 kgf/cm² (pressão relativa). O vacuômetro deve estar calibrado. A calibração precisa ser feita anualmente.
- **5.14.18.** PROCEDIMENTO: A execução de ser feita com uma sobreposição mínima de 100 mm. A pressão, no mínimo 0,14 kg/cm² abaixo da pressão atmosférica, com tempo mínimo inspeção de 10 s.
- **5.14.19.** Ensaio de capilaridade:
- **5.14.20.** MATERIAIS: O líquido usado neste ensaio deve ter alto efeito de capilaridade. Pode ser usado a mistura de líquido penetrante colorida ou florescente (óleo diesel ou querosene). Recomenda-se um tempo mínimo de penetração de 24 horas.
- **5.14.21.** PROCEDIMENTO: Deve ser evitado preparações que possam obstruir as descontinuidades da superfície. Durante o ensaio, a temperatura deve ser acima dos 10 °C, não ultrapassando os
- **5.14.22.** Relatório do ensaio:
- 5.14.22.1. Os resultados devem ser registrados em um sistema que permita a identificação e a rastreabilidade do local ensaiado. Além disso, deve conter: nome do emitente, identificação numérica do relatório, identificação da peça, número e revisão, manômetro utilizado, pressão de ensaio, registro dos defeitos detectados, normas e valores para interpretação, resultado positivo ou negativo do ensaio, datas, assinatura do inspetor responsável, técnica utilizada e consumíveis utilizados.

#### 6. CLAUSULASEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- **6.1.** Comunicar a empresa vencedora toda e qualquer ocorrência relacionada com a presente contratação;
- 6.2. Efetuar o pagamento à empresa vencedora no prazo estipulado neste termo;
- **6.3.** Fiscalizar e acompanhar toda a execução dos serviços prestados e fornecidos pela Contratada, bem como fornecer informações necessárias para a perfeita execução dos mesmos.
- **6.4.** Indicar um servidor denominado Fiscal, que acompanhará a execução dos serviços, fazendo toda a comunicação entre a Contratante e a Contratada, sanando todas as dúvidas e mantendo o bom cumprimento do Contrato.
- **6.5.** Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços que a empresa vencedora entregar fora das especificações do Edital.
- **6.6**. Comunicar, à seguradora, a ocorrência de sinistro com o veículo segurado.
- **6.7.** Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo preposto da licitante vencedora.
- **6.8.** Observar para que, durante a vigência do contrato, sejam mantidas todas as condições e qualificações exigidas para a sua pactuação.
- **6.9.** Comunicar, formal, circunstanciada e tempestivamente, à licitante vencedora, qualquer anormalidade havida durante a execução do contrato.

#### 7. CLÁUSULA SÉTIMA - DA FORMA DE PAGAMENTO



Av. Um, nº 106 - Centro - Itirapina - SP - CEP. 13530-000 CNPJ: 46.313.714/0001-50 - Inscr. Estadual: Isenta. FONE (19) 3575-9000 Proc. Adm. n°776/2024

Fls.

- **7.1.** A Prefeitura Municipal de Itirapina efetuará o pagamento até **10 (dez) dias** contados da apresentação da respectiva nota fiscal eletrônica NFE devidamente atestada pelo setor, em conta corrente vinculada ao CNPJ da CONTRATADA.
- **7.2.** Havendo erro na Nota Fiscal Eletrônica NFE ou outra circunstância que desaprove a liquidação, a mesma será devolvida e o pagamento ficará pendente até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer tipo de ônus para a Prefeitura.
- **7.3.** Caso haja documentos faltantes ou incorretos, notificação interna de pendências ou irregularidades quanto aos produtos não será iniciada a contagem do prazo para pagamento.
- **7.4.** A título de pagamento a contagem do prazo será a data de recebimento da Nota Fiscal atestada por esta prefeitura.
- **7.5.** Os quantitativos estão com porcentual de reserva, desta forma caso alguma secretaria no decorrer da vigência necessite de alguma estrutura, deverá ser realizado apostilamento para posterior pagamento com a verba da respectiva.

#### 8. CLÁUSULA OITAVA - DAS SANÇÕES E MULTAS (art. 92, XIV)

- **8.1.** Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:
- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;
- i) fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- I) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- **8.2.** Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:
- i) Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);
- ii) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei);
- iii) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei) iv) Multa:



Av. Um, nº 106 - Centro - Itirapina - SP - CEP. 13530-000 CNPJ: 46.313.714/0001-50 - Inscr. Estadual: Isenta. FONE (19) 3575-9000 Proc. Adm. n°776/2024

- (1) moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias
- (2) moratória de 0,5 % (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 10% (dez por cento) pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.
- (a) O atraso superior a 30 dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.
- (3) compensatória de 15% (quinze por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
- **8.3.** A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º)
- **8.4.** Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).
- **8.4.1.** Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157)
- **8.4.2.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º).
- **8.4.3.** Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- **8.5.** A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 8.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º):
- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- **8.7.** Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159)



Av. Um, nº 106 - Centro - Itirapina - SP - CEP. 13530-000 CNPJ: 46.313.714/0001-50 - Inscr. Estadual: Isenta. FONE (19) 3575-9000 Proc. Adm. n°776/2024

Fls.

- **8.8.** A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160)
- **8.9.** O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161)
- **8.10.** As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

#### 9. CLAUSULA NONA- DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

- 9.1. Das dotações orçamentárias
- 9.2. As despesas decorrentes desta aquisição, correrão por conta das dotações abaixo:

9.2.1. Função Programática do Ensino Fundamental: 12.361.9038.2.112

Categoria Econômica: 33.90.30.00

Ficha: 78 Fonte: 5

Código de aplicação: 282.0001

9.2.2. Função Programática do Ensino Fundamental: 12.361.9038.2.112

Categoria Econômica: 33.90.30.00

Ficha: 77 Fonte: 1

Código de aplicação: 22.00000

9.2.3. Função Programática do Ensino Infantil - Creche: 12.365.9039.2.158

Categoria Econômica: 33.90.30.00

Ficha: 702 Fonte: 1

Código de aplicação: 21.20000

9.2.4. Função Programática do Ensino Infantil – Pré Escola: 12.365.9039.2.159

Categoria Econômica: 33.90.30.00

Ficha: 710 Fonte: 1

Código de aplicação: 21.30000

9.2.5. Função Programática da Secretaria da Educação: 12.122.9009.2.141

Categoria Econômica: 33.90.30.00

Ficha: 69 Fonte: 1

Código de aplicação: 22.00000



Av. Um, nº 106 - Centro - Itirapina - SP - CEP. 13530-000 CNPJ: 46.313.714/0001-50 - Inscr. Estadual: Isenta. FONE (19) 3575-9000 Proc. Adm. n°776/2024

Fls.

9.2.6. Função Programática da Secretaria da Educação: 12.122.9009.2.141

Categoria Econômica: 33.90.30.00

Ficha: 71 Fonte: 1

Código de aplicação: 22.00000

9.2.7. Função Programática da Divisão de Cultura: 13.392.9042.2.154

Categoria Econômica: 33.90.30.00

Ficha: 597 Fonte: 1

Código de aplicação: 11.00000

9.2.8. Função Programática da Divisão de Cultura: 13.392.9042.2.154

Categoria Econômica: 33.90.30.00

Ficha: 599 Fonte: 1

Código de aplicação: 11.00000.

16.2. Fichas Secretaria da Administração:

16.2.1. Função Programática da Divisão de Cultura: 04.122.9003.2.103

Categoria Econômica: 33.90.30.00

Ficha: 15 Fonte: 1

Código de aplicação: 11.00000.

16.2.2. Função Programática da Divisão de Cultura: 04.122.9003.2.103

Categoria Econômica: 33.90.39.00

Ficha: 18 Fonte: 1

Código de aplicação: 1100000.

## 10. CLÁUSULA DÉCIMA - DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

- **10.1.** Fica designada a senhora **VALÉRIA MARIA FELTRIN SANCHES**, secretária municipal de Educação e Cultura, como GESTOR, para acompanhar, fiscalizar e controlar a execução do presente termo, em sua redação atual, responsabilizando-se pelo recebimento e conferência dos serviços executados.
- **10.1.1.** Dados para contato com o **Gestora** da CONTRATANTE <u>Endereço</u>: Rua 04, 462 Centro T<u>elefone:</u> (19) 3575-4070 <u>E-mail</u>: <u>auxeduc4@itirapina.sp.gov.br.</u>
- **10.2.** Fica designado os servidores descritos na planilha abaixo, como FISCAIS do respectivo contrato. A fiscalização consiste em acompanhar a execução de modo a tomar todas as providências para o bom andamento dos serviços; emitir pareceres em todos os atos da CONTRATADA, reportando todos ao gestor, para as providencias cabíveis.

Local	Responsável	Endereço	Telefone
Secretaria Municipal da	Prof <sup>a</sup> Valéria Maria Feltrin Sanches (Secretária Municipal da Educação e Cultura)	IRII 2 1 14 467 - Centro	(19) 3575-4008 / 4070
, iiiiitoati o iiiaiiioipai	Rodrigo Gemignani Rubio (Secretário Adjunto)	Rua 05, 195 - Centro	(19) 3575-1852



Av. Um, nº 106 - Centro - Itirapina - SP - CEP. 13530-000 CNPJ: 46.313.714/0001-50 - Inscr. Estadual: Isenta. FONE (19) 3575-9000 Proc. Adm. n°776/2024

Fls.

EMEF "José Cruz"	l/= · · - · ·	Rua 06, 58, Centro, Itirapina/SP	(19) 3575-1391
EMEFI Prof <sup>a</sup> "Aracy Leal Bernardi"	Kico	Rua Ceci nº 44 - Jardim Nova Itirapina – Itirapina/SP	(19) 3575-1867
EMEF Prof <sup>a</sup> "Marilei Schmidt de Oliveira	Anderson Afonso da Silva Diretor Escolar	Rua Cataguases, nº 57- Jardim Nova Itirapina- Itirapina/SP	(19) 3575-2535
ILEL Pro™ THUCE DE FADA	Diretor Escolar	Rua Jaraguaçu, nº 580 - Jardim Nova Itirapina – Itirapina/SP	(19) 3575- 3846
Creche Municipal "Ana Cândida Rossler"		Rua Jurupari, 292 - Jardim Nova Itirapina – Itirapina/SP	(19) 3575 - 1983
CEI Prof <sup>a</sup> "Hilda Barros"		Rua 03, 150 – Jardim dos Eucaliptos	(19) 3575- 4077
EMEI Prof <sup>a</sup> "Eneida Cário Cornachioni"	Rodrigo Taconelli (Diretor Escolar)	Rua 04, 152 - Centro	(19) 3575- 2435
CRECHE ESCOLA PROF.ª "SIMONE DE LIMA"	Lilian Santana (Diretor Escolar)	RUA DYONISIO GOBBI, 55, JARDIM GOBBI	(19)3575-3027

#### 11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – ALTERAÇÕES (art.124)

- **11.1.** Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:
- **11.1.1.** Unilateralmente pela Administração:
- **a)** quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica a seus objetivos;
- **b)** quando for necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos por esta Lei;
- **11.2.** A extinção do contrato poderá ser, pelo artigo 138, da lei 14.133/21:
- **11.2.1.** Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta
- **11.3.** O CONTRATADO é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- **11.4.** As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do termo de contrato.
- **11.5.** Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

#### 12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DOS IMPOSTOS

**12.1.** Os tributos e demais encargos (impostos, contribuições fiscais e parafiscais, etc.) se devidos em decorrência, direta ou indireta, deste instrumento ou de sua execução, serão de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA, que os recolherá, sem direito a reembolso. O CONTRATANTE quando for retentor, descontará e recolherá, nos prazos da Lei, os pagamentos que efetuar, à parte que for devida pela CONTRATADA, segundo a legislação vigente.



Av. Um, nº 106 - Centro - Itirapina - SP - CEP. 13530-000 CNPJ: 46.313.714/0001-50 - Inscr. Estadual: Isenta. FONE (19) 3575-9000 Proc. Adm. n°776/2024

Fls.

- **12.2.** Serão retidos por parte da Prefeitura de Itirapina, os valores referentes ao ISSQN, entre outros, que incidirem sobre o valor total dos serviços contratados e executados (sobre o valor total da nota fiscal/fatura), conforme legislação vigente.
- **12.3.** É obrigatório conter o destaque do IRRF, ou o envasamento legal de sua não incidência, além do valor bruto do título e o valor líquido devido, sob pena de sofrer a retenção sobre o valor total, **de acordo com a** *Instrução Normativa 2.145 de 26 de junho de 2023.*

#### 13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ANÁLISE DE RISCO

**13.1.** A planilha abaixo, descreve os tipos de riscos que possam ocorrer:

LEGENDA			
Risco		Não haver extintores ou se estiverem vencidos	
Probabilidade	)	Chances de risco ocorrer é média	
Dano Potenci	Eles são fundamentais para prevenção, protegendo a vida das pes que circulam ou residem em um determinado local, na falta do extir pessoa corre o risco de não conseguir pelo menos diminuir o fograso de incêndio para se salvar. O uso incorreto ou se o extintor evencido, além de não resolver a situação, pode colocar o operador risco. Um exemplo é a utilização do extintor de água em equipame elétricos. O operador pode sobre uma descarga e ferir-se ou até moi ra óbito.		
Impacto		É a extensão ou magnitude negativa que a concretização do evento de risco pode acarretar é muito alto.	
Ação prevent		Realizar a aquisição dos extintores, quanto sua recarga o mais breve possível.	
Ação de contingência		Providenciar o mais breve a compra dos extintores, bem como sua recarga, porém, se não houver tempo hábil para que se faça a aquisição ou recarga, deve ser comunicado por meio de relatório a segurança do trabalho avisando sobre o risco que os locais estão correndo, para que os profissionais da área tomem as devidas providências cabíveis.	
Escala de Probabilidade:			
Média	Possível: de alguma forma, o evento poderá ocorrer, pois as circunstâncias indicam moderadamente essa possibilidade.		
Escala de Impacto:			
Muito alto	Muito alto Catastrófico impacto nos objetivos, de forma irreversível.		
Risco 1:	Risco 1:		
Probabilidado: Chancos do risco ocorror ó módio			

Probabilidade: Chances de risco ocorrer é média

Dano potencial: Eles são fundamentais para prevenção, protegendo a vida das pessoas que circulam ou residem em um determinado local, na falta do extintor a pessoa corre o risco de não conseguir pelo menos diminuir o fogo em caso de incêndio para se salvar. O uso incorreto ou se o extintor estiver vencido, além de não resolver a situação, pode colocar o operador em risco. Um exemplo é a utilização do extintor de água em equipamentos elétricos. O operador pode sobre uma descarga e ferir-se ou até mesmo ir a óbito.

**Impacto**: É a extensão ou magnitude negativa que a concretização do evento de risco pode acarretar é muito alto.

**Ação preventiva**: Realizar a aquisição dos extintores, quanto sua recarga o mais breve possível. **Responsável**: A secretaria que está solicitando a compra, o seja, a Secretaria Municipal da Educação e Cultura.

**Ação de contingência**: Providenciar o mais breve a compra dos extintores, bem como sua recarga, porém, se não houver tempo hábil para que se faça a aquisição ou recarga, deve ser comunicado por meio de relatório a segurança do trabalho avisando sobre o risco que os locais estão correndo, para que os profissionais da área tomem as devidas providências cabíveis.

Responsável: Os técnicos de segurança do trabalho deste órgão público.

### 14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – FORO (art. 92, §1º)



Av. Um, nº 106 - Centro - Itirapina - SP - CEP. 13530-000 CNPJ: 46.313.714/0001-50 - Inscr. Estadual: Isenta. FONE (19) 3575-9000 Proc. Adm. n°776/2024

Fls.

**14.1.** É eleito o Foro da Comarca de Itirapina/SP para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º da Lei nº 14.133/21.

#### 15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- **15.1.** Os profissionais envolvidos na execução dos serviços não terão vínculos trabalhistas com a Administração Pública de Itirapina, isentando a mesma de quaisquer responsabilidades e ônus.
- **15.2.** A Contratada deverá possuir profissionais e equipamentos adequados para as perfeitas condições de execução dos serviços, sendo ainda responsável por danos que vierem a causar a Contratante.
- **15.3.** Todo o trabalho executado pela Contratada será comunicado e agendado com os responsáveis da Contratante, evitando transtornos ou prejudicando o bom desenvolvimento dos trabalhos desenvolvidos pela Contratante.
- **15.4.** Toda e qualquer dificuldade encontrada pela Contratada deverá ser comunicada a Contratante, visando encontrar a melhor solução.
- **15.5.** A Contratada será responsável por seus profissionais envolvidos, bem como deverá mantê-los uniformizados e identificados, e ainda fornecer EPI's, isentando a Contratante de quaisquer responsabilidades e ônus.
- **15.6.** Os casos **OMISSOS** relativos à execução do contrato serão resolvidos pelas partes, com a estrita observância das disposições contidas na Lei Federal nº 14.133/2021 e legislação complementar aplicável à espécie.

Fica ajustado, ainda, que:

- **I.** Consideram-se partes integrantes do presente Termo de Contrato, como se nele estivessem transcritos:
- a. o Edital mencionado no preâmbulo e seus anexos.
- b. a proposta apresentada pela CONTRATADA;

E assim, por estarem as partes justas e contratadas, foi lavrado o presente instrumento <u>em</u> <u>03 (três) vias</u>, que, lido e achado conforme pela CONTRATADA e pela CONTRATANTE, vai por elas assinado para que produza todos os efeitos de Direito, sendo assinado também pelas testemunhas abaixo identificadas.

Itirapina, de de20XX.

Prof.<sup>a</sup> Maria Da Graça Zucchi Moraes
Prefeita Municipal
RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA

Nome do Representante

Cargo na empresa

Testemunhas:

VALÉRIA MARIA FELTRIN SANCHES

Gestora

CPF:



Av. Um, nº 106 - Centro - Itirapina - SP - CEP. 13530-000 CNPJ: 46.313.714/0001-50 - Inscr. Estadual: Isenta. FONE (19) 3575-9000 Proc. Adm. n°776/2024

Fls.

#### ANEXO V.A – TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO

Processo Administrativo n° 776/2024 – <u>Modalidade</u>: Pregão Eletrônico n° 0x/2024 – <u>Objeto</u>: contratação de empresas especializadas na prestação de serviço recarga e manutenção de extintores de incêndio e testes de estanqueidade, mantendo os extintores abastecidos, com as respectivas cargas dentro da validade e prontos para o uso, em caso de necessidade, para o combate de princípios de incêndios, visando garantir a segurança de todo o departamento pertencente à Secretaria Municipal de Educação e Cultura, conforme especificações técnicas e operacionais.

Contrato Administrativo n° 0xx/2024, assinado em de	de 2024.
<u>Contratante:</u> Prefeitura Municipal de Itirapina – CNPJ n° 46.313.	.714/0001-50.
<u>Contratada:</u> – CNPJ n°	
<i>Vigência:</i> de xx/xx/2024 a xx/xx/2024 – 12 (doze) meses.	
Valor Total Contratado: R\$ ().	

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

#### 1. Estamos CIENTES de que:

- A) O ajuste acima referido estará sujeito a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- B) Poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, conforme dados abaixo indicados, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- C) Além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- D) Qualquer alteração de endereço residencial ou eletrônico ou telefones de contato deverá ser comunicada pelo interessado, peticionando no processo.

#### 2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;



Av. Um, nº 106 - Centro - Itirapina - SP - CEP. 13530-000 CNPJ: 46.313.714/0001-50 - Inscr. Estadual: Isenta. FONE (19) 3575-9000

Proc. Adm. n°776/2024

b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais,
exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.
Local e Data: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIRAPINA, DE DE 2024.
AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO:
Nome: MARIA DA GRAÇA ZUCCHI MORAES
Cargo: Prefeita Municipal
CPF nº 553.097.808-82
RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME:
Nome: MARIA DA GRAÇA ZUCCHI MORAES
Cargo: Prefeita Municipal
CPF nº 553.097.808-82
RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE PELO CONTRATANTE:
Nome: MARIA DA GRAÇA ZUCCHI MORAES
Cargo: Prefeita Municipal
CPF nº 553.097.808-82
Assinatura:
RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE PELA CONTRATADA:
Nome:
Cargo:
CPF n <sup>o</sup>
Assinatura:
ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:
Nome: VALÉRIA MARIA FELTRIN SANCHES
Cargo: Secretária Municipal de Educação e Cultura CPF n°
Assinatura:



Av. Um, nº 106 - Centro - Itirapina - SP - CEP. 13530-000 CNPJ: 46.313.714/0001-50 - Inscr. Estadual: Isenta. FONE (19) 3575-9000.

#### ANEXO V.B - CADASTRO DO RESPONSÁVEL

Processo Administrativo n° 776/2024 – <u>Modalidade</u>: Pregão Eletrônico n° 0x/2024 – <u>Objeto</u>: contratação de empresas especializadas na prestação de serviço recarga e manutenção de extintores de incêndio e testes de estanqueidade, mantendo os extintores abastecidos, com as respectivas cargas dentro da validade e prontos para o uso, em caso de necessidade, para o combate de princípios de incêndios, visando garantir a segurança de todo o departamento pertencente à Secretaria Municipal de Educação e Cultura, conforme especificações técnicas e operacionais.

Contrato Adminis	strativo n° 0xx/2024, assinado em	de	de 2024.
<u>Contratante:</u> Prefe	itura Municipal de Itirapina – CNPJ	n° 46.313	.714/0001-50
Contratada:	– CNPJ n°		
<i>Vigência:</i> de xx/xx/	/2024 a xx/xx/2024 – 12 (doze) mes	ses.	
Valor Total Contra	tado: R\$ ().		

Responsável pelo atendimento a requisições de documentos do TCESP.

Nome	VALÉRIA MARIA FELTRIN SANCHES
Cargo	Secretária Municipal da Educação e Cultura
Endereço do Órgão	Rua 04, 462 - Centro
Telefone e Fax	(19) 3575-4070
E-mail Institucional	auxeduc4@itirapina.sp.gov.br

Itirapina, xx de xxxx de 2024.



Av. Um, nº 106 - Centro - Itirapina - SP - CEP. 13530-000 CNPJ: 46.313.714/0001-50 - Inscr. Estadual: Isenta. FONE (19) 3575-9000.

## Prof.ª MARIA DA GRAÇA ZUCCHI MORAES

Prefeita Municipal

#### **VALÉRIA MARIA FELTRIN SANCHES**

Secretária Municipal de Educação e Cultura Gestora do Contrato



Av. Um, nº 106 - Centro - Itirapina - SP - CEP. 13530-000 CNPJ: 46.313.714/0001-50 - Inscr. Estadual: Isenta. FNE (19) 3575-9000.

#### ANEXO VI.C - DECLARAÇÃO DE DOCUMENTOS À DISPOSIÇÃO DO TCE-SP

Processo Administrativo n° 776/2024 - Modalidade: Pregão Eletrônico n° 0x/2024 -Objeto: contratação de empresas especializadas na prestação de serviço recarga e manutenção de extintores de incêndio e testes de estanqueidade, mantendo os extintores abastecidos, com as respectivas cargas dentro da validade e prontos para o uso, em caso de necessidade, para o combate de princípios de incêndios, visando garantir a segurança de todo o departamento pertencente à Secretaria Municipal de Educação e Cultura, conforme especificações técnicas e operacionais. Contrato Administrativo n° 0xx/2024, assinado em de de 2024. Contratante: Prefeitura Municipal de Itirapina – CNPJ nº 46.313.714/0001-50. Contratada: \_\_\_\_\_ – CNPJ n° \_ Vigência: de xx/xx/2024 a xx/xx/2024 – 12 (doze) meses. Valor Total Contratado: R\$ \_\_\_ (\_\_\_). Supra epigrafada, sob as penas da Lei, que os demais documentos originais, atinentes à correspondente licitação, encontram-se no respectivo processo administrativo arquivado na origem à disposição do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, e serão remetidos quando requisitados.

Prof.<sup>a</sup> MARIA DA GRAÇA ZUCCHI MORAES

Itirapina, \_\_ de \_\_\_\_ de 2024.

Prefeita Municipal

VALÉRIA MARIA FELTRIN SANCHES

Secretária Municipal de Educação e Cultura Gestora do Contrato